

# Sumário

Número de notícias: 31 | Número de veículos: 24

EXTRA ONLINE - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA  
ANFIP

Associação deve entrar com ação judicial coletiva contra plano de saúde do servidor, por reajuste em preços ..... 4

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Aposentado sem ajuda por ter outro com nome igual ..... 5

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

Regulamentação estadual das bets deveria esperar diretrizes federais (Editorial) ..... 7

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Para ampliar empréstimos ..... 8

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS  
SEGURIDADE SOCIAL

Governo terá sistema único de consignado ..... 10

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Crédito consignado: governo terá sistema para facilitar desconto em folha de trabalhador do setor privado ..... 12

AGÊNCIA BRASIL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa começa a pagar Bolsa Família de fevereiro ..... 14

FOLHA ONLINE - SP  
SEGURIDADE SOCIAL

INSS consolida liberação de auxílio sem perícia e avança na implantação da telemedicina em 2024 (Previdência) ..... 16

PORTAL UOL  
SEGURIDADE SOCIAL

Fase 1 do Voa Brasil terá passagens a R\$ 200 para estudantes e aposentados ..... 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
SERVIDOR PÚBLICO

Prazo para pagar a inscrição no CPNU termina hoje ..... 19

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO  
SERVIDOR PÚBLICO

TRABALHO Caixa vai liberar neste mês R\$ 1,9 bilhão de abono do PIS e Pasep ..... 20

FOLHA DE LONDRINA - LONDRINA - PR - ECONOMIA  
SERVIDOR PÚBLICO

Caixa libera abono do PIS/Pasep para nascidos em janeiro ..... 21

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
SAQUE ANIVERSÁRIO

FGTS Digital pode trazer mudanças em empréstimos ..... 22

VALOR ONLINE - LEGISLAÇÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: primeiro passo dado ..... 23

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

CGU fará análise mensal de documentos secretos ..... 25

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Mercado eleva a previsão de inflação para 3,82% ..... 26

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - ECONOMIA  
ECONOMIA

Mercado eleva previsão da inflação deste ano ..... 27

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA  
ECONOMIA

Mercado financeiro eleva estimativas de inflação no Brasil para 2024 e 2025 ..... 28

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - ECONOMIA  
ECONOMIA

Ibovespa sobe 0,61% com surpresa em dados dos EUA ..... 29

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO  
ECONOMIA

A economia brasileira frente à instabilidade mundial (Artigo) ..... 30

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
ECONOMIA

As expectativas de inflação no Brasil estão bem ancoradas? - ECONOMIA PARA TODOS ... 31

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS  
ECONOMIA

Cenário está mais favorável no Brasil ..... 33

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS  
ECONOMIA

Segmento registrou a captação bruta de R\$ 170,1 bilhões ..... 34

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Economista do BC usa modelo que reduz erro na projeção do dólar ..... 35

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
ECONOMIA

UE rebaixa previsões econômicas para 2024 ..... 37

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Estrangeiros aumentam participação em aquisições no Brasil ..... 38

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Mercados têm trégua com atividade mais fraca nos EUA ..... 40

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA  
ECONOMIA

Japão perde título de 3ª maior economia do mundo ..... 41

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Japão entra em recessão e perde o 3º lugar entre as nações mais ricas do mundo ..... 42

---

Sexta-Feira, 16 de Fevereiro de 2024

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
ECONOMIA

**Recessão atinge países do G-7 e amplia disparidade com os EUA..... 44**

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA  
ECONOMIA

**Inflação na Argentina desacelera em janeiro, mas bate 254% em 12 meses.....46**

# Associação deve entrar com ação judicial coletiva contra plano de saúde do servidor, por reajuste em preços

A partir de fevereiro, a Geap reajustou em 8% o valor das mensalidades dos funcionários públicos que estão acima dos 59 anos de idade. As mudanças nas cobranças já atingiram novos clientes e beneficiários correntes. Contudo, a nova tabela de preços da Geap aponta mensalidades até 14% menores do que as cobradas anteriormente, nas outras faixas de idade.

De acordo com Douglas Figueredo, diretor-presidente do grupo, a Geap realizou encontros com os servidores associados à **Anfip** em que o diálogo foi positivo e a compreensão sobre o movimento de mercado foi boa .

- Não tínhamos saída. A Geap estava há 78 anos sem reduzir preços. O mercado de planos de saúde, no ano passado, aumentou os valores em 17% para todas as faixas. Ao contrário, reduzimos os valores em 14% para todas as faixas, exceto para os beneficiários acima de 59 anos. Os preços cobrados após o reajuste de 8% para essas pessoas continuam os menores do mercado.

O gestor revela que os cálculos foram realizados ao longo de seis meses antes de terem sido decretados.

- Trabalhamos com fórmulas para que, com ajustes de metas, possamos construir compromissos ousados. Procuramos equilíbrio para que nossa tabela fique ainda abaixo do mercado para beneficiários com mais de 59 anos e buscamos, concomitantemente, redução acentuada para as outras faixas.

Outros pontos prometidos pelo gestor em relação ao serviço oferecido para o funcionalismo público foi o aprimoramento do atendimento e a redução do prazo de autorização de consultas. Segundo as falas de Figueredo, a empresa foi muito impactada pela pandemia da covid-19. Agora, no entanto, a Geap conseguiu reverter a perda de beneficiários nos últimos dez meses e estuda a revisão dos preços aplicados nas cobranças.

Já o gerente executivo de relações com o Governo Federal, Ronald Acioli, complementou as razões para o novo preço da faixa de mais de 59 anos.

- Fizemos isso porque era a melhor opção entre as mais de 50 simulações conduzidas pelos nossos atuários. O índice de sinistralidade da faixa de mais de 59 anos é muito alto, então, infelizmente, isso não permite que ela receba preços menores, como as demais, sem afetar a sustentabilidade do plano - justificou.

Em dezembro de 2023, Figueredo, destacou que a Geap reduziria os preços das mensalidades para 2024. A fala foi dada em entrevista ao podcast dos Correios.

Resumidamente, sim. Contratos de planos de saúde geralmente estão sujeitos a reajustes anuais e reajustes por mudança de faixa etária.

Uma resolução da Agência Nacional de Saúde define que são proibidos aumentos para clientes acima de 59 anos superiores a seis vezes o valor da mensalidade da primeira faixa etária.

É preciso, contudo, estar alerta. Operadoras de planos de saúde, a fim de contornar restrições do Estatuto do Idoso - o qual proibiu reajustes após os 60 anos de idade do cliente - passaram a aplicar mudanças substanciais nos planos aos 59 anos.

Por causa da mudança nas cobranças, a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores Em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps) cogitou, em janeiro, a possibilidade de adotar medidas judiciais e administrativas para contestar a decisão da Geap.

**Site:** <https://extra.globo.com/economia/servidor-publico/coluna/2024/02/associacao-deve-entrar-com-acao-judicial-coletiva-contra-plano-de-saude-do-servidor-por-reajuste-em-precos.ghtml>

# Aposentado sem ajuda por ter outro com nome igual

**João Vítor Gomes**

Por informações desconstruídas ou erros na base de dados utilizada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), aposentados estão tendo o benefício suspenso equivocadamente, até mesmo por ter nome idêntico ao de outra pessoa.

Um caso, no Rio Grande do Sul, evidenciou a possibilidade. No município de Nicolau Vergueiro, um aposentado de 60 anos teve o pagamento do benefício paralisado após uma pessoa com o mesmo nome ser declarada como morta.

O beneficiário até tentou reativar o benefício em uma agência do **INSS**, mas não teve sucesso, contou o beneficiário ao portal GI. O aposentado possui o mesmo nome que uma outra pessoa que morreu em 2004, em Porto Alegre (RS). Para resolver o problema, ele teve que entrar na Justiça.

O presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos no Espírito Santo (Sindnapi-ES), Jânio Araújo, conta que há caso semelhante no Estado "A pessoa teve o benefício suspenso aqui no Estado por ter um homônimo (nome igual) dele lá na Bahia. O **INSS** ficou na dúvida e cortou o benefício dele. Como não tinha atendimento presencial, na época, apenas o on-line, tivemos uma dificuldade muito grande para restabelecer", relata.

Jânio Araújo diz que precisou comprovar que, apesar dos nomes serem iguais, o número do Cadastro da Pessoa Física (CPF) de ambos era diferente. Com a suspensão do benefício, o aposentado precisa entrar com um pedido administrativo para revisão da decisão, o que demanda tempo.

"O benefício já não era um valor grande. Até que o aposentado faça o **INSS** reconhecer o erro, ele passa um aperto. Deixa de comprar os remédios, não se alimenta direito. Começa a precisar do favor de terceiros", diz.

O advogado e presidente da Comissão de Direito Previdenciário da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Espírito Santo (OAB/ES), Valber Cereza, afirma que os casos mais comuns são conflito de dados entre o CPF e o Número de Identificação do Trabalhador (NIT).

"Há casos em que existe um mesmo CPF vinculado a mais de uma pessoa no cadastro do NIT. Isso causa transtorno de tempo para corrigir. No caso da **Receita Federal**, o agendamento pode demorar mais de um mês. Enquanto não acertar, o benefício não é liberado", conta.

"Até que o aposentado faça o **INSS** reconhecer o erro, ele passa um aperto e começa a precisar do favor de terceiros"

Jânio Araújo, presidente do Sindnapi-ES

Suspensão é facilmente revertida, afirma instituto

Embora o pagamento seja paralisado, o benefício conquistado pelo aposentado não é retirado por definitivo da base de dados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). E o que afirma o instituto.

Casos de quem tem o nome igual são encarados como uma possibilidade de fraude que precisa ser verificada, o que acarreta na suspensão do benefício, e não no cancelamento.

Essas situações são identificadas pelo instituto por meio de batimentos de dados com outras bases do governo para identificar indícios de óbitos.

No momento em que o beneficiário apresenta a documentação comprovando se tratar de um homônimo, ou seja, de nomes iguais, o benefício é reativado e o pagamento regularizado, afirma o Instituto.

"Embora existam cadastros muito antigos, com a informatização, esses casos não têm sido muito comuns hoje em dia", afirma o advogado e presidente da Comissão de Direito Previdenciário da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Espírito Santo (OAB/ES), Valber Cereza.

"Com o Sistema Informatizado de Controle de Óbitos, o cartório informa o óbito e via sistema ele cessa o benefício. Há alguns anos, isso era muito comum, por ser feito de forma manual, aumentando a chance de erro", diz o advogado Valber Cereza.

JÂNIO ARAÚJO afirma que é preciso entrar com

pedido administrativo para revisão da decisão, o que demanda tempo

## ANALISE

Renata Prado

coordenadora-adjunta do Instituto Brasileiro de Direita Previdenciária

"Recadastramento é necessário"

O sistema de concessão e revisão dos benefícios do **INSS** está em constante evolução. Porém, ainda possui diversas inconsistências. É importante destacar que o sucesso de todo o trabalho depende da existência de um banco de dados eficiente (CNIS), que alimenta o sistema de forma cometa.

Entretanto, ainda estamos longe de uma solução. Podemos relatar diversos problemas ocasionados pelos erros existentes no CNIS, inclusive situações em que benefícios são cortados em virtude da existência de nomes idênticos.

Além das situações de interrupção dos benefícios, temos os indeferimentos incorretos que ocasionam novos pedidos administrativos, contribuindo para a permanência da fila e, em determinados casos, abarrotando o Judiciário.

Entendo que, antes do uso de inteligência artificial na análise, é preciso fazer recadastramento das informações dos segurados.

## SAIBA MAIS

Medida administrativa

CASO O BENEFICIÁRIO tenha o pagamento das parcelas suspenso, é possível contestar a medida por meio dos canais oficiais do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

PARA ISSO, é possível utilizar o aplicativo "Meu **INSS**", disponível para celulares. Na aplicação digital, após entrar com a conta vinculada ao CPF, é possível fazer um "Novo Pedido" e requisitar o retorno em "Reativar Benefício".

É PRECISO terem mãos alguns documentos, como RG e CPF, e outros que vão depender do benefício que a pessoa deseja reativar.

E POSSÍVEL TAMBÉM realizar a contestação da suspensão do benefício em uma agência do **INSS**.

EM MUITOS CASOS, o técnico da agência consegue

resolver no sistema e reativa o benefício de forma simplificada, segundo a representação do instituto no Espírito Santo.

Basta uma atualização de dados cadastrais.

O CANAL TELEFÔNICO do **INSS**, pelo 135, também pode ser utilizado pelo aposentado para solucionar o problema.

Medida judicial

PORÉM, se as vias administrativas não funcionarem, é possível também entrar com uma ação judicial.

NA MAIORIA DAS VEZES, isso acontece devido à demora na análise do

pedido pelo **INSS** ou pela **Receita Federal**, quando se fala na existência do mesmo CPF vinculado ao cadastros distintos de trabalho.

A JUSTIÇA FEDERAL é o canal para resolver o problema, sendo o primeiro passo a identificação da base de dados para saber qual o erro que está acontecendo.

A DEFENSORIA PÚBLICA pode ser utilizada nessas situações para orientar sobre o encaminhamento correto da ação judicial.

O que diz o **INSS**

A SUSPENSÃO de benefícios nos casos de morte de pessoas homônimas é uma prática comum adotada pelo instituto para evitar fraudes.

O PROCEDIMENTO é uma medida de precaução, tomada para impedir pagamento indevido e na maioria das vezes é reversível.

APLICATIVO MEU **INSS** permite pedir a reativação do benefício

Fonte: **INSS**, fontes citadas e pesquisa AT

# Regulamentação estadual das bets deveria esperar diretrizes federais (Editorial)

Após debates intensos no Congresso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou no fim do ano passado a lei que regulamenta as apostas em que o jogador tenta prever resultados de eventos sabendo quanto ganhará caso acerte - tecnicamente classificadas como "de cota fixa".

A regulamentação das empresas que oferecem tais apostas, chamadas bets, era necessária para disciplinar um mercado que, a despeito do crescimento, ainda era tratado com preconceito.

A regulamentação traz várias vantagens.

Primeiro, fixa normas para um mercado que vivia no limbo. Segundo, permite que o Estado passe a arrecadar com a atividade (a lei determina outorga de R\$ 30 milhões e taxação de 12% sobre a renda das plataformas). Já neste ano, o governo federal prevê receber R\$ 10 bilhões, valor que deverá aumentar no futuro. Parte do que for arrecadado será destinada às áreas de educação, segurança pública, esporte, turismo, **seguridade social** e saúde (para mitigar danos do vício em jogos).

Não era difícil prever que esse mercado promissor despertaria cobiça. É o que está acontecendo. Como mostrou O GLOBO, antes mesmo de o governo federal concluir a regulamentação, estados correm para criar suas próprias regras. Rio de Janeiro e Paraná definiram valores para o pagamento de outorgas e estipularam percentuais sobre a receita inferiores ao previsto na legislação federal. O Ministério da Fazenda teme uma guerra entre as unidades da Federação em torno das bets e tenta convencer governadores a esperar os detalhes finais de Brasília. Até o mês que vem, novas portarias devem ser publicadas com diretrizes para auditorias, publicidade e inscrições de bets.

Não é ilegal a atitude dos governadores.

As bets podem optar por ter uma licença local, que lhes permita atuar no estado onde estão registradas. Nesse caso, somente apostadores que moram nesses estados ou lá estejam poderiam acessar a plataforma. Não há impedimento também para que estados ofereçam outorgas e taxações próprias. Apenas nos aspectos não financeiros deverá prevalecer a legislação federal.

O risco da correria é os estados criarem uma confusão regulatória, deflagrando uma guerra para atrair as empresas.

Eles têm direito de criar suas próprias normas, mas seria mais sensato esperar a definição federal que disciplinará o mercado de apostas. Os governos estaduais agem como se a arrecadação fosse um fim em si. Há outras questões relevantes na regulamentação, como as mencionadas pelo Ministério da Fazenda (auditoria, propaganda e inscrição das bets).

Outro ponto crítico é coibir as fraudes.

A tramitação da lei ganhou fôlego depois que eclodiu o escândalo de jogadores que recebiam propina para cometer pênaltis ou levar cartões, de modo a favorecer apostas fraudulentas. O esquema mostrou que o mercado precisava de regras para atribuir responsabilidades e estabelecer punições nesses casos. Evidentemente, a arrecadação é importante, mas é só parte da questão.

O risco é a lei se transformar apenas num instrumento de alívio aos cofres da União e dos estados.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Para ampliar empréstimos

**GERALDA DOCA** [geralda@bsb.oglobo.com.br](mailto:geralda@bsb.oglobo.com.br) BRASÍLIA

O governo pretende reformular o modelo de concessão de crédito consignado, quando há desconto automático na folha de pagamento, para os trabalhadores do setor privado. Esse segmento, hoje, tem a menor fatia da modalidade de crédito para a pessoa física que tem a menor taxa de juros, por conta da segurança da operação.

O projeto, que está sendo desenvolvido pelos ministérios da Fazenda e do Trabalho e a Caixa Econômica Federal, prevê a criação de um portal, no qual os trabalhadores com carteira assinada poderão se inscrever e escolher a instituição financeira em que desejam tomar o empréstimo, de acordo com a taxa oferecida e o prazo de pagamento.

Atualmente, o trabalhador só pode contratar a operação com o banco no qual a empresa tem convênio pré-acordado.

Com o novo sistema, isso vai acabar.

A plataforma que está sendo desenvolvida pelo governo trará o ranking das taxas cobradas pelos bancos. Como já funciona com o FGTS digital, haverá um link com o e-Social, administrado pela Caixa, que permitirá a todos os trabalhadores - inclusive os domésticos - contratarem consignado diretamente dessa plataforma, sem a necessidade de a empresa ter um convênio firmado com o banco.

Os empregadores poderão incluir na guia de recolhimento do e-Social o valor da parcela, descontado do contracheque, e o sistema fará a transferência automática para os bancos credores, explicou um técnico a par das discussões.

**PORTABILIDADE NA MIRA** Na segunda fase do projeto, será possível fazer a portabilidade, ou seja, migrar o empréstimo para outro banco com taxa mais em conta.

As linhas gerais do projeto já foram apresentadas a representantes do setor financeiro, que aprovam a medida, desde que o produto seja bem desenhado e tenha segurança, disse uma fonte do mercado.

Uma das ideias defendidas é que o trabalhador possa acessar a plataforma pelo site oficial do governo, o Gov.br.

Mas ainda será necessário verificar se o sistema será compatível com a tecnologia a ser adotada pelos bancos.

A plataforma valerá para todas as empresas e empregados celetistas, mas deve beneficiar, por exemplo, trabalhadores de pequenos e médios negócios. Empresas desse porte têm menos volume e capilaridade para firmar acordos com bancos para que seus funcionários contratem empréstimos.

Dados do Ministério do Trabalho mostram que mais da metade do estoque de assalariados está concentrada em empresas com até 99 trabalhadores.

O governo avalia que os principais beneficiados serão de baixa renda. Dados apontam que 37 milhões de trabalhadores ganham até R\$ 2.720 por mês.

Criada em 2003, no início do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o crédito consignado tem juros mais baixos graças ao baixo risco da operação, pois o valor das prestações é descontado no contracheque e repassado aos bancos pelos empregadores.

Segundo os últimos dados disponíveis no Banco Central (BC), em dezembro, a taxa média cobrada no consignado dos trabalhadores do setor privado era de 2,73% ao mês - acima dos juros para **servidores públicos**, de 1,77%, e dos aposentados do **INSS**, de 1,78%.

Contudo, a avaliação do governo é que a burocracia prejudica o acesso dos trabalhadores do setor privado ao consignado, diferentemente de **servidores públicos** e aposentados e pensionistas do **INSS**, além de idosos e deficientes da baixa renda que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que contam com sistema unificado.

**MARGEM MAIOR** Além de automatizar a concessão do consignado para os trabalhadores do setor privado, o governo estuda ampliar a margem de consignação (o que pode ser descontado do salário) de 30% para 35%.

Ou seja, seriam adotados os mesmos parâmetros hoje existentes para os **servidores públicos** e beneficiários da **Previdência Social**.

No futuro, a plataforma seria estendida aos



funcionários públicos.

Também está sendo estudada a possibilidade de o trabalhador dar o FGTS como garantia em caso de demissão sem justa causa para quitar ou amortizar o saldo devedor.

A taxa cobrada da categoria é elevada em relação aos servidores e aposentados do **INSS**, justamente pela falta de estabilidade. Mas ainda não há decisão tomada.

O economista Miguel de Oliveira, diretor da Associação Nacional dos Executivos de Finanças (Anefac), disse que o consignado para os trabalhadores do setor privado é "engessado e caro" em comparação ao dos **servidores públicos** e aposentados. Segundo ele, a modalidade precisa ser aperfeiçoada.

- Essa nova ferramenta parece ser muito interessante, principalmente se ela induzir à concorrência, atualmente restrita - disse Oliveira, ressaltando que as taxas podem cair se for autorizado o uso do FGTS como garantia. - No mundo inteiro é assim, quanto mais garantia, menor o risco e maior a concessão.

**CONCESSÕES EM QUEDA** Os dados do BC revelam ainda que as novas operações de consignado para os trabalhadores do setor privado caíram de R\$ 27,7 bilhões em 2022 para R\$ 18,2 bilhões no ano passado.

Houve um pico de R\$ 9,4 bilhões em outubro de 2022, relacionado ao consignado para os beneficiários do Bolsa Família, que foi extinto pelo atual governo em função do risco de endividamento dessas famílias.

No caso dos **servidores públicos**, as concessões subiram de R\$ 90 bilhões para R\$ 94,7 bilhões no mesmo período.

Já no caso dos aposentados do **INSS**, houve queda de R\$ 2,7 bilhões, mas isso seria consequência das restrições à modalidade adotadas pelas instituições financeiras após as reduções no teto do juros patrocinadas pelo Ministério da Previdência.

De acordo com dados do setor financeiro, a carteira de consignado para os trabalhadores celetistas representa cerca de 11% do saldo total da modalidade, de R\$ 626 bilhões.

Há um grande potencial com a redução da burocracia e custos para as empresas, disse um interlocutor do setor.

Procurados, os ministérios em questão não quiseram

comentar o projeto, alegando que ainda depende de negociações com todos os envolvidos.

"No mundo inteiro é assim, quanto mais garantia, menor o risco e maior a concessão" Miguel de Oliveira, diretor da Associação Nacional dos Executivos de Finanças (Anefac)

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Governo terá sistema único de consignado

**Geralda Doça** [geralda@bsb.oglobo.com.br](mailto:geralda@bsb.oglobo.com.br)

O governo pretende reformular o modelo de concessão de crédito consignado, quando há desconto automático na folha de pagamento, para os trabalhadores do setor privado. Esse segmento hoje é o que tem a menor fatia da modalidade de crédito para a pessoa física.

O projeto que está sendo desenvolvido entre os ministérios da Fazenda e do Trabalho e a Caixa Econômica Federal prevê a criação de um portal onde os trabalhadores com carteira assinada poderão se inscrever e escolher a instituição financeira que deseja tomar o empréstimo, de acordo com a taxa oferecida e o prazo de pagamento.

Atualmente, o trabalhador só pode contratar a operação com o banco no qual a empresa tem convênio pré-acordado.

Isso vai acabar com o novo sistema.

A plataforma que está sendo desenvolvida pelo governo trará o ranking das taxas cobradas pelos bancos.

Como já funciona com o FGTS digital, haverá um link com o e-social, administrado pela Caixa, que vai permitir a todos os trabalhadores contratarem consignado, inclusive domésticos, diretamente dessa plataforma, sem a necessidade de a empresa ter um convênio firmado com o banco.

Os empregadores vão poder incluir na guia de recolhimento o valor da parcela, descontado do contracheque, e o sistema fará a transferência automática para os bancos credores, explicou um técnico a par das discussões.

**PORTABILIDADE NA MIRA** Na segunda fase do projeto, será possível fazer a portabilidade, ou seja, migrar o empréstimo para outro banco com taxa mais em conta.

As linhas gerais do projeto já foram apresentadas a representantes do setor financeiro, que aprovam a medida, desde que o produto seja bem desenhado e tenha segurança, disse uma fonte do mercado. Uma das ideias defendidas é que o trabalhador possa acessar via site oficial do governo, o Gov.br. Mas ainda será necessário verificar se o sistema será compatível com a tecnologia a ser adotada pelos

bancos.

A plataforma valerá para todas as empresas e empregados celetistas, mas deve beneficiar, por exemplo, trabalhadores de pequenos e médios negócios. Empresas desse porte têm menos volume e capilaridade para firmarem acordos com bancos para que seus funcionários contratem empréstimos. Dados do Ministério do Trabalho mostram que mais da metade do estoque de assalariados está concentra em empresas com até 99 trabalhadores.

Criada em 2003, no primeiro ano do primeiro mandato do presidente Lula, o crédito consignado tem juros menores devido ao baixo risco da operação, pois o valor das prestações é descontado no contracheque e repassado aos bancos pelos empregadores.

Segundo dados disponíveis no Banco Central (BC), em dezembro de 2023, a taxa média cobrada no consignado dos trabalhadores do setor privado era de 2,73% ao mês - acima dos juros para **servidores públicos**, de 1,77% e aposentados do **INSS**, de 1,78%.

Contudo, a avaliação do governo é que a burocracia prejudica o acesso dos trabalhadores do setor privado ao consignado, diferentemente de **servidores públicos** e aposentados e pensionistas do **INSS**, além de idosos e deficientes de baixa renda que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que contam com sistema unificado.

**FALTA DE OPÇÃO** Hoje, crédito só é oferecido por bancos que têm convênio com a empresa

**VANTAGEM** Novo site do governo terá um ranking com as melhores taxas oferecida por bancos

**SAIBA MAIS**

**MARGEM MAIOR** Além de automatizar a concessão do consignado para os trabalhadores do setor privado, o governo também estuda ampliar a margem de consignação de 30% para 35% do salário mensal. Esse é o percentual que pode ser descontado todos os meses no salário. A ideia é igualar as regras desse tipo de empréstimo aos **servidores públicos** e beneficiários do **INSS**. Neste caso, a margem consignável pode chegar até 45% do valor do benefício, considerando despesas com cartão de crédito.

.....

**FGTS COMO GARANTIA** Também está sendo estudada a possibilidade de o trabalhador dar o FGTS como garantia em caso de demissão sem justa causa para quitar ou amortizar o saldo devedor. A taxa cobrada da categoria é elevada em relação aos beneficiários do **INSS** justamente pela falta de estabilidade. Mas ainda não há decisão tomada.

.....

**CELETISTAS** De acordo com dados do setor financeiro, a carteira de consignado para os trabalhadores celetistas representa cerca de 11% do saldo total da carteira na modalidade R\$ 626 bilhões.

Há um grande potencial com a redução da burocracia e custos para as empresas, disse um interlocutor do setor.

Procurados, os Ministérios envolvidos não quiseram comentar o projeto, alegando que ainda depende de negociações com todos os envolvidos.

**Site:** <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

# Crédito consignado: governo terá sistema para facilitar desconto em folha de trabalhador do setor privado

O governo pretende reformular o modelo de concessão de crédito consignado, quando há desconto automático na folha de pagamento, para os trabalhadores do setor privado. Esse segmento, hoje, tem a menor fatia da modalidade de crédito para a pessoa física que tem a menor taxa de juros, por conta da segurança da operação.

O projeto, que está sendo desenvolvido pelos ministérios da Fazenda e do Trabalho e a Caixa Econômica Federal, prevê a criação de um portal, no qual os trabalhadores com carteira assinada poderão se inscrever e escolher a instituição financeira em que desejam tomar o empréstimo, de acordo com a taxa oferecida e o prazo de pagamento.

Atualmente, o trabalhador só pode contratar a operação com o banco no qual a empresa tem convênio pré-acordado. Com o novo sistema, isso vai acabar.

A plataforma que está sendo desenvolvida pelo governo trará o ranking das taxas cobradas pelos bancos. Como já funciona com o FGTS digital, haverá um link com o e-Social, administrado pela Caixa, que permitirá a todos os trabalhadores - inclusive os domésticos - contratarem consignado diretamente dessa plataforma, sem a necessidade de a empresa ter um convênio firmado com o banco.

Os empregadores poderão incluir na guia de recolhimento do e-Social o valor da parcela, descontado do contracheque, e o sistema fará a transferência automática para os bancos credores, explicou um técnico a par das discussões.

## Portabilidade na mira

Na segunda fase do projeto, será possível fazer a portabilidade, ou seja, migrar o empréstimo para outro banco com taxa mais em conta.

As linhas gerais do projeto já foram apresentadas a representantes do setor financeiro, que aprovam a medida, desde que o produto seja bem desenhado e tenha segurança, disse uma fonte do mercado.

Uma das ideias defendidas é que o trabalhador possa acessar a plataforma pelo site oficial do governo, o Gov.br. Mas ainda será necessário verificar se o sistema será compatível com a tecnologia a ser adotada pelos bancos.

A plataforma valerá para todas as empresas e empregados celetistas, mas deve beneficiar, por exemplo, trabalhadores de pequenos e médios negócios. Empresas desse porte têm menos volume e capilaridade para firmar acordos com bancos para que seus funcionários contratem empréstimos.

Dados do Ministério do Trabalho mostram que mais da metade do estoque de assalariados está concentrada em empresas com até 99 trabalhadores.

O governo avalia que os principais beneficiados serão de baixa renda. Dados apontam que 37 milhões de trabalhadores ganham até R\$ 2.720 por mês.

Criada em 2003, no início do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o crédito consignado tem juros mais baixos graças ao baixo risco da operação, pois o valor das prestações é descontado no contracheque e repassado aos bancos pelos empregadores.

Segundo os últimos dados disponíveis no Banco Central (BC), em dezembro, a taxa média cobrada no consignado dos trabalhadores do setor privado era de 2,73% ao mês - acima dos juros para **servidores públicos**, de 1,77%, e dos aposentados do **INSS**, de 1,78%.

Contudo, a avaliação do governo é que a burocracia prejudica o acesso dos trabalhadores do setor privado ao consignado, diferentemente de **servidores públicos** e aposentados e pensionistas do **INSS**, além de idosos e deficientes da baixa renda que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que contam com sistema unificado.

## Margem maior

Além de automatizar a concessão do consignado para os trabalhadores do setor privado, o governo estuda

ampliar a margem de consignação (o que pode ser descontado do salário) de 30% para 35%. Ou seja, seriam adotados os mesmos parâmetros hoje existentes para os **servidores públicos** e beneficiários da **Previdência Social**.

No futuro, a plataforma seria estendida aos funcionários públicos.

Também está sendo estudada a possibilidade de o trabalhador dar o FGTS como garantia em caso de demissão sem justa causa para quitar ou amortizar o saldo devedor. A taxa cobrada da categoria é elevada em relação aos servidores e aposentados do **INSS**, justamente pela falta de estabilidade. Mas ainda não há decisão tomada.

O economista Miguel de Oliveira, diretor da Associação Nacional dos Executivos de Finanças (Anefac), disse que o consignado para os trabalhadores do setor privado é "engessado e caro" em comparação ao dos **servidores públicos** e aposentados. Segundo ele, a modalidade precisa ser aperfeiçoada.

- Essa nova ferramenta parece ser muito interessante, principalmente se ela induzir à concorrência, atualmente restrita - disse Oliveira, ressaltando que as taxas podem cair se for autorizado o uso do FGTS como garantia. - No mundo inteiro é assim, quanto mais garantia, menor o risco e maior a concessão.

#### Concessões em queda

Os dados do BC revelam ainda que as novas operações de consignado para os trabalhadores do setor privado caíram de R\$ 27,7 bilhões em 2022 para R\$ 18,2 bilhões no ano passado. Houve um pico de R\$ 9,4 bilhões em outubro de 2022, relacionado ao consignado para os beneficiários do Bolsa Família, que foi extinto pelo atual governo em função do risco de endividamento dessas famílias.

No caso dos **servidores públicos**, as concessões subiram de R\$ 90 bilhões para R\$ 94,7 bilhões no mesmo período. Já no caso dos aposentados do **INSS**, houve queda de R\$ 2,7 bilhões, mas isso seria consequência das restrições à modalidade adotadas pelas instituições financeiras após as reduções no teto do juros patrocinadas pelo Ministério da Previdência.

De acordo com dados do setor financeiro, a carteira de consignado para os trabalhadores celetistas representa cerca de 11% do saldo total da modalidade, de R\$ 626 bilhões. Há um grande potencial com a redução da burocracia e custos para as empresas, disse um interlocutor do setor.

Procurados, os ministérios em questão não quiseram comentar o projeto, alegando que ainda depende de negociações com todos os envolvidos.

#### Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/02/16/cr-edito-consignado-governo-tera-sistema-para-facilitar-desconto-em-folha-de-trabalhador-do-setor-privado.ghtml>

# Caixa começa a pagar Bolsa Família de fevereiro

Publicado em 16/02/2024 - 07:25  
Agência Brasil - Brasília

Por

A Caixa Econômica Federal começa a pagar a parcela de fevereiro do novo Bolsa Família. Recebem nesta sexta-feira (16) os beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 1.

Moradores de 85 municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública recebem o pagamento nesta sexta, independentemente do NIS. Desse total, 62 ficam no Rio Grande do Sul, dez no Rio de Janeiro, sete em Sergipe, três no Paraná e três em São Paulo.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 686,10. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do Governo Federal alcançará 21,06 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,45 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até seis meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).

Cadastro

Desde julho do ano passado, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, cerca de 300 mil famílias foram canceladas do programa neste mês por terem renda acima das regras estabelecidas pelo Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, outras 240 mil famílias foram incluídas no programa neste mês. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

Regra de proteção

Cerca de 2,29 milhões de famílias estão na regra de proteção em fevereiro. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 372,45.

Auxílio Gás

O Auxílio Gás também será pago nesta sexta-feira às famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com NIS final 1. O valor caiu para R\$ 102, por causa das reduções recentes no preço do botijão.

Com duração prevista até o fim de 2026, o programa beneficia cerca de 5,3 milhões de famílias. Com a aprovação da Emenda Constitucional da Transição, no fim de 2022, o benefício foi mantido em 100% do preço médio do botijão de 13 kg.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como

mulheres vítimas de violência doméstica.

**Site:**

**<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-02/caixa-comeca-pagar-bolsa-familia-de-fevereiro>**

# INSS consolida liberação de auxílio sem perícia e avança na implantação da telemedicina em 2024 (Previdência)

Quatro em cada dez pedidos de auxílio-doença do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) feitos por meio do Atestmed -sistema para a inclusão do atestado médico pela internet- são concedidos sem a necessidade de perícia médica presencial.

Do total de 1,386 milhão de auxílios por incapacidade temporária solicitados a distância pelo aplicativo ou site Meu **INSS** em 2023, 627,6 mil foram concedidos, o que representa 45%.

Os demais seguiram por dois caminhos: agendamento da perícia presencial ou encaminhamento para um sistema chamado de pós-perícia, onde se analisa se o cidadão que pede o benefício é, de fato, segurado do **INSS**. Esse último representa 25% dos pedidos.

Na avaliação do presidente do instituto, Alessandro Stefanutto, o Atestmed tem se mostrado eficaz, o que faz com que o órgão avance na implantação da teleperícia ainda neste ano.

Um projeto-piloto está em andamento neste mês. Os resultados consolidados devem sair em março.

"Posso dizer a você, em primeira mão, que os resultados são alvissareiros. Nós não tivemos nenhum problema técnico", afirmou à Folha.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

O auxílio-doença a distância foi implantando de forma temporária em março de 2020, quando houve o fechamento das agências do **INSS** por causa da pandemia de coronavírus. Em 2022, lei aprovada ainda no governo de Jair Bolsonaro trouxe de volta o auxílio sem perícia.

Em 2023, a medida foi aprimorada com a implantação do Atestmed. Segundo Stefanutto, que ingressou na Previdência há 24 anos e foi procurador do órgão, a possibilidade de liberar o auxílio-doença pela internet surgiu em 2012, quando ganhou ação judicial autorizando a medida.

Na época, não deu certo. "Foi um desastre porque não tinha tecnologia que tem hoje", diz. Em julho de 2023, quando assumiu a presidência do instituto, o ex-procurador solicitou o aprimoramento da ferramenta de recepção dos atestados pela internet e passou a utilizar o Atestmed.

Os últimos dados mostram que o tempo médio de espera para a concessão do auxílio pela internet foi de 26 dias em dezembro, e a economia com a medida, implantada no segundo semestre de 2023, chegou a quase R\$ 1 milhão;

Em janeiro deste ano, o tempo médio de concessão de benefícios previdenciários em geral ficou em 46 dias, acima dos 45 dias previstos na lei.

Agora, o instituto está utilizando a inteligência artificial e a análise de dados para evitar fraudes, motivo pelo qual parte dos peritos médicos foi contra a implantação do Atestmed. Segundo Stefanutto, o 1,3 milhão de pedidos de auxílio criaram um banco de dados de mais de 1 milhão de atestados médicos no sistema da Previdência.

Com isso, é possível cruzar informações sobre os médicos, como em qual hospital trabalham e se o número do registro no conselho de medicina, de fato, é daquele profissional.

A implantação da teleperícia também esbarra na resistência dos peritos, que afirmam haver parecer conselho federal da categoria contrário à medida.

Stefanutto, no entanto, diz que não nada que justifique forçar um segurado a andar quilômetros para fazer uma perícia presencial quando é possível realizar consultas online. "Nenhum brasileiro precisa viajar, levar uma pessoa com deficiência, uma pessoa doente por 150 quilômetros, 200 quilômetros, para fazer uma perícia."

É o sistema do **INSS** no qual o segurado doença que necessita do auxílio-doença, hoje chamado de auxílio por incapacidade temporária, envia o atestado médico para conseguir o benefício. O atendimento à demanda



é feito totalmente online, pelo aplicativo ou site Meu **INSS**

O atestado médico ou odontológico deve ser em papel sem rasuras, e conter as seguintes informações:

É o sistema de perícia médica por meio de consulta online, utilizando um celular ou um computador. O médico do **INSS** vai até a agência da Previdência onde trabalha, e atende o segurado que estiver em qualquer local do país, sem necessidade de que a pessoa doente se dirija até essa agência.

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Recurso exclusivo para assinantes

assine ou faça login

Leia tudo sobre o tema e siga:

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha?

Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ( conheça aqui ).

Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store ou na Google Play para receber alertas das principais notícias do dia.

A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

Mais de 180 reportagens e análises publicadas a cada dia. Um time com mais de 200 colunistas e blogueiros. Um jornalismo profissional que fiscaliza o poder público, veicula notícias proveitosas e inspiradoras, faz contraponto à intolerância das redes sociais e traça uma linha clara entre verdade e mentira. Quanto custa ajudar a produzir esse conteúdo?

**Site:**

***<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/02/inss-consolida-liberacao-de-auxilio-sem-pericia-e-avanca-na-implantacao-da-telemedicina-em-2024.shtml>***

# Fase 1 do Voa Brasil terá passagens a R\$ 200 para estudantes e aposentados

**Mariana Londres** *Colunista do UOL* 16/02/2024 04h00

Não é segredo para ninguém que o presidente Lula quer colocar o pobre não somente no Orçamento, como ele costuma dizer, mas também de volta aos aeroportos e aviões. É por isso que o programa Voa Brasil, que pretende oferecer passagens a R\$ 200 para públicos específicos, está saindo do papel mesmo após um primeiro anúncio atrapalhado ainda no ano passado.

Na época, Lula puxou a orelha do então ministro de Portos e Aeroportos (Márcio França) por lançar um programa que ainda não estava maduro. Passados sete meses do episódio, o programa está pronto para ser lançado, segundo o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, com quem eu conversei. "Só falta um alinhamento de agenda com o presidente Lula, para fazermos o lançamento", disse. As passagens serão para públicos específicos.

Na primeira etapa, segundo apurei com fontes, poderão participar do programa 800 mil estudantes do ProUni e 20,8 milhões de aposentados do **INSS** que recebem até dois salários mínimos. As outras etapas dependem do resultado da primeira e podem incluir estudantes do Fies, por exemplo.

O governo e as empresas negam que o programa esteja condicionado ao socorro às empresas aéreas, mas o que eu apurei nos bastidores é que há sim uma relação entre os temas. As empresas só conseguem aderir ao programa se tiverem mais opções de crédito do que têm hoje. E o governo está disposto a ajudar, desde que os recursos não venham do Tesouro, o que impactaria as contas de 2024 e a meta de déficit zero.

A equação, no entanto, não é simples. As aéreas brasileiras vêm enfrentando dificuldades na última década, tendo como capítulo mais recente dessa crise a recuperação judicial da Gol nos Estados Unidos. Para sair do vermelho, as empresas pedem socorro ao governo para ter condições (basicamente garantias) de levantar recursos, e ganhar sobrevida.

O desenho do socorro às aéreas ainda não está pronto. A Fazenda pediu mais tempo para estudar e tentar encontrar uma solução, em análise pelo secretário do Tesouro, Rogério Ceron.

Uma linha de crédito com juros menores pelo BNDES. Mesmo para a linha do BNDES é preciso de um instrumento para melhorar as garantias.

Para isso, está em estudo um fundo garantidor operacional para servir como garantia de novos empréstimos feitos pelas empresas (no Desenrola Brasil, por exemplo, foi usado um fundo que havia sido criado inicialmente para o Pronampe).

Nessa lógica, levantou-se a possibilidade de usar o fundo da aviação já existente, abastecido com as taxas aeroportuárias, o Fnac (Fundo Nacional de Aviação Civil). O problema é que o fundo não pode assumir risco de crédito, mas é possível fazer uma mudança para isso.

No Desenrola, o governo também deu crédito presumido de **tributos** aos bancos, o que liberou recursos para quitarem as dívidas. Para o socorro as aéreas não estão descartados a renegociação de débitos tributários e o abatimento de dívidas regulatórias.

Preço do querosene de aviação: há um grupo de trabalho dentro do governo (Petrobras, ministérios da Casa Civil, Fazenda, Portos e Aeroportos e das Minas e Energia) para buscar alternativas para reduzir o preço do querosene de aviação sem interferir na política de preços da Petrobras.

**Site:** <https://economia.uol.com.br/colunas/mariana-londres/2024/02/16/fase-1-do-voa-brasil-tera-passagens-a-r-200-para-estudantes-e-aposentados.htm>

# Prazo para pagar a inscrição no CPNU termina hoje

Dos 2,65 milhões de candidatos inscritos no Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), cerca de um milhão ainda não realizaram o pagamento da taxa de inscrição, segundo o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

unificada é "promover igualdade de oportunidades de acesso aos cargos públicos efetivos, padronizar procedimentos na aplicação das provas e aprimorar os métodos de seleção de **servidores públicos**"

O prazo para quitar a Guia de Recolhimento da União (GRU) encerra nesta sexta-feira.

Para os cargos de nível superior, a taxa de inscrição é de R\$ 90, enquanto para o bloco de cargos de nível médio o valor é de R\$ 60. O pagamento da taxa deve ser feito apenas por meio da GRU, que pode ser paga no banco, ou via PIX, com o respectivo QR Code.

Apelidado de Enem dos Concursos, o certame vai selecionar 6.640 servidores para 21 órgãos públicos federais, com salários iniciais de até R\$ 22,9 mil. A prova - constituída de questões objetivas específicas e dissertativas, por área de atuação - será no dia 5 de maio e será aplicada em 220 cidades, localizadas em todas as Unidades da Federação.

Os concorrentes serão testados em provas de conhecimentos gerais e conhecimentos específicos da sua área escolhida no ato da inscrição. Os inscritos poderão verificar os dados finais no dia 29 de fevereiro, por meio do site da Cesgranrio, que é banca realizadora do processo seletivo e por onde está sendo realizada a inscrição, com o uso da conta gov.br. Para alguns cargos também haverá a prova de títulos, que consiste na comprovação de cursos e especializações feitas ao longo da carreira do candidato.

Os locais de prova estarão disponíveis para consulta a partir do dia 29 de abril.

O CNU já é considerado o maior concurso da história do país. A previsão é que no dia 3 de junho sejam divulgados os resultados das provas objetivas e preliminares das provas discursivas e de redação. No dia 30 de julho, deve sair o resultado final, indicando a classificação dos aprovados.

O MGI alertou os candidatos sobre a importância de estarem cientes do conteúdo do edital escolhido. Ao todo são oito documentos que reúnem as regras para concorrer a uma ou mais carreiras divididas por blocos temáticos. De acordo com a pasta, o objetivo da prova

# TRABALHO Caixa vai liberar neste mês R\$ 1,9 bilhão de abono do PIS e Pasep

Brasília - Cerca de 1,7 milhão de trabalhadores com carteira assinada nascidos em janeiro começaram a sacar ontem o valor do abono salarial do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) em 2024. A quantia está disponível no aplicativo da Carteira de Trabalho Digital (disponível na App Store e na Google Play) e no portal Gov.br.

Ao todo, a Caixa Econômica Federal liberará R\$ 1,9 bilhão neste mês. Aprovado no fim do ano passado, o calendário de liberações segue o mês de nascimento do trabalhador, no caso do PIS, ou o número final de inscrição do Pasep. Os pagamentos ocorrem de 15 de fevereiro a 15 de agosto.

Neste ano, R\$ 22,6 bilhões poderão ser sacados. Segundo o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), o abono salarial de 2024 será pago a 24,67 milhões de trabalhadores em todo o país. Desse total, 21,95 milhões que trabalham na iniciativa privada receberão R\$ 19,8 bilhões do PIS e 2,72 milhões de **servidores públicos**, empregados de estatais e militares têm direito a R\$ 2,7 bilhões do Pasep.

O PIS é pago pela Caixa Econômica Federal; e o Pasep, pelo Banco do Brasil. Como ocorre tradicionalmente, os pagamentos serão divididos em seis lotes, baseados no mês de nascimento, no caso do PIS, e no número final de inscrição, no caso do Pasep. O saque iniciará nas datas de liberação dos lotes e acabarão em 27 de dezembro de 2024. Após esse prazo, será necessário aguardar convocação especial do Ministério do Trabalho e Previdência.

Tem direito ao benefício o trabalhador inscrito no PIS/Pasep há, pelo menos, cinco anos, e que tenha trabalhado formalmente por, no mínimo, 30 dias no ano-base considerado para a apuração, com remuneração mensal média de até dois salários mínimos. Também é necessário que os dados tenham sido informados corretamente pelo empregador na Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

O valor do abono é proporcional ao período em que o empregado trabalhou com carteira assinada em 2022. Cada mês trabalhado equivale a um benefício de R\$ 117,67, com períodos iguais ou superiores a 15 dias contados como mês cheio. Quem trabalhou 12 meses

com carteira assinada receberá o salário mínimo cheio, de R\$ 1.412.

Crédito automático - Trabalhadores da iniciativa privada com conta corrente ou poupança na Caixa receberão o crédito automaticamente no banco, de acordo com o mês de seu nascimento.

Os demais beneficiários receberão os valores por meio da poupança social digital, que pode ser movimentada pelo aplicativo Caixa Tem. Caso não seja possível a abertura da conta digital, o saque poderá ser realizado com o Cartão do Cidadão e senha nos terminais de autoatendimento, unidades lotéricas, Caixa Aqui ou agências, também de acordo com o calendário de pagamento escalonado por mês de nascimento.

O pagamento do abono do Pasep ocorre via crédito em conta para quem é correntista ou tem poupança no Banco do Brasil. O trabalhador que não é correntista do BB pode efetuar a transferência via TED para conta de sua titularidade via terminais de autoatendimento e portal [www.bb.com.br/pasep](http://www.bb.com.br/pasep) ou no guichê de caixa das agências, mediante apresentação de documento oficial de identidade.

Até 2020, o abono salarial do ano anterior era pago de julho do ano corrente a junho do ano seguinte. No início de 2021, o Codefat atendeu a recomendação da Controladoria-Geral da União (CGU) e passou a depositar o dinheiro somente dois anos após o trabalho com carteira assinada. (ABr)

**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/versao-impresa/>

# Caixa libera abono do PIS/Pasep para nascidos em janeiro

Cerca de 1,7 milhão de trabalhadores com carteira assinada nascidos em janeiro podem sacar, a partir desta quinta-feira (15), o valor do abono salarial do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) em 2024. A quantia está disponível no aplicativo da Carteira de Trabalho Digital e no Portal Gov.br.

Ao todo, a Caixa Econômica Federal liberará R\$ 1,9 bilhão neste mês. Aprovado no fim do ano passado, o calendário de liberações segue o mês de nascimento do trabalhador, no caso do PIS, ou o número final de inscrição do Pasep.

Neste ano, R\$ 22,6 bilhões poderão ser sacados. Segundo o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), o abono salarial de 2024 será pago a 24,67 milhões de trabalhadores em todo o país. Desse total, 21,95 milhões que trabalham na iniciativa privada receberão R\$ 19,8 bilhões do PIS e 2,72 milhões de **servidores públicos**, empregados de estatais e militares têm direito a R\$ 2,7 bilhões do Pasep.

O PIS é pago pela

Caixa

Econômica Federal; e o Pasep, pelo Banco do Brasil. Como ocorre tradicionalmente, os pagamentos serão divididos em seis lotes, baseados no mês de nascimento, no caso do PIS, e no número final de inscrição, no caso do Pasep. O saque iniciará nas datas de liberação dos lotes e acabarão em 27 de dezembro de 2024. Após esse prazo, será necessário aguardar convocação especial do Ministério do Trabalho e Previdência.

## QUEM TEM DIREITO

Tem direito ao benefício o trabalhador inscrito no PIS/Pasep há, pelo menos, cinco anos, e que tenha trabalhado formalmente por, no mínimo, 30 dias no ano-base considerado para a apuração, com remuneração mensal média de até dois salários mínimos. Também é necessário que os dados tenham sido informados corretamente pelo empregador na Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

O valor do abono é proporcional ao período em que o empregado trabalhou com carteira assinada em 2022. Cada mês trabalhado equivale a um benefício de R\$ 117,67, com períodos iguais ou superiores a 15 dias contados como mês cheio. Quem trabalhou 12 meses com carteira assinada receberá o salário mínimo cheio, de R\$ 1.412.

## PAGAMENTO

Trabalhadores da iniciativa privada com conta corrente ou poupança na Caixa receberão o crédito automaticamente no banco, de acordo com o mês de seu nascimento.

Os demais beneficiários receberão os valores por meio da poupança social digital, que pode ser movimentada pelo aplicativo Caixa Tem. Caso não seja possível a abertura da conta digital, o saque poderá ser realizado com o Cartão do Cidadão e senha nos terminais de autoatendimento, unidades lotéricas, Caixa Aqui ou agências, também de acordo com o calendário de pagamento escalonado por mês de nascimento.

O pagamento do abono do Pasep ocorre via crédito em conta para quem é correntista ou tem poupança no Banco do Brasil. O trabalhador que não é correntista do BB pode efetuar a transferência via TED para conta de sua titularidade via terminais de autoatendimento e portal [www.bb.com.br/pasep](http://www.bb.com.br/pasep) ou no guichê de caixa das agências, mediante apresentação de documento oficial de identidade.

Até 2020, o abono salarial do ano anterior era pago de julho do ano corrente a junho do ano seguinte. No início de 2021, o Codefat atendeu a recomendação da Controladoria-Geral da União (CGU) e passou a depositar o dinheiro somente dois anos após o trabalho com carteira assinada. (Agência Brasil)

## Site:

<https://folhadelondrinadigital.pressreader.com/folha-de-londrina>

# FGTS Digital pode trazer mudanças em empréstimos

Brasília e São Paulo - O governo Lula estuda substituir o empréstimo com garantia no **saque-aniversário** do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**) por crédito consignado contratado na plataforma **FGTS Digital**, que reunirá dados repassados pelo eSocial.

Promessa é permitir ao trabalhador acesso a um crédito com juro mais baixo sem comprometer os recursos disponibilizados no **FGTS**

A promessa é permitir ao trabalhador acesso a um crédito com juro mais baixo sem comprometer os recursos disponibilizados no **FGTS**, que continuariam sendo acessados em caso de demissão sem justa causa, aposentadoria e doenças graves, por exemplo.

A ideia é que a plataforma centralize todos os dados do trabalhador. A partir disso, aquele que tiver interesse em contratar um consignado poderá fazer a opção nesse ambiente.

O valor do crédito seria depositado na conta do trabalhador, com a parcela devida descontada do salário posteriormente, como ocorre num consignado tradicional. Uma vantagem é que o trabalho operacional seria menor do que o atual por ocorrer no próprio ambiente do **FGTS Digital**.

A intenção é trocar a antecipação do **saque-aniversário** do **FGTS** por esse produto disponibilizado na plataforma centralizada.

Ainda há detalhes a serem depurados, como o que acontece no caso de um trabalhador demitido -se os descontos do empréstimo poderiam ser feitos diretamente na conta corrente ou se as parcelas seriam suspensas até que ele encontre uma nova colocação, por exemplo.

Pelo desenho discutido, o trabalhador interessado na contratação do empréstimo teria que fazer essa opção, para que os dados fiquem disponíveis na plataforma. Ou seja, só ficariam acessíveis aos bancos informações de quem quer contratar esse tipo de produto.

A troca resolveria um dos entraves para o fim do saque-aniversário: o impacto no crédito que a extinção desse tipo de empréstimo provocaria.

Como o Painel mostrou, o ministro Luiz Marinho (Trabalho) estudava a concessão de empréstimos subsidiados como uma forma de aliviar o impacto das mudanças no **saque-aniversário**.

A modalidade, criada em 2019 e que entrou em vigor no ano seguinte, permite ao trabalhador sacar parte do **FGTS** a cada ano, independentemente de eventos como a demissão ou o financiamento da casa própria. (Danielle Brant e Guilherme Seto/ Folhapress)

**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/versao-impresa/>

# Reforma tributária: primeiro passo dado

Por Eduardo Muniz Machado Cavalcanti

16/02/2024 05h03 Atualizado há uma hora

O percurso da **reforma tributária** no Brasil atingiu mais um marco significativo com a realização da primeira reunião da Comissão de Sistematização do Programa de Assessoramento Técnico à Implementação da Reforma da Tributação sobre o Consumo (PAT-RTC), estabelecida pela Portaria MF 34, do Ministério da Fazenda.

Esta iniciativa dá início a uma importante etapa na efetividade da Emenda Constitucional nº 132, de 2023, indicando um avanço relevante na reformulação do sistema tributário do país. A estrutura da Comissão de Sistematização, acompanhada pelo Grupo de Análise Jurídica e 19 Grupos Técnicos, é uma indicação clara da abrangência e complexidade desta reforma. Esses grupos têm a tarefa de elaborar os anteprojetos de lei derivados da referida emenda, sublinhando a seriedade e a profundidade da revisão tributária em curso.

O Secretário Extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, apresentou um cronograma acelerado para a finalização dos anteprojetos, prevendo sua conclusão entre o final de março e início de abril, um período significativamente mais curto do que os cento e oitenta dias estipulados pela EC 132. Um aspecto notável deste processo é a abordagem adotada em relação à participação da sociedade civil. Apesar da ausência inicial de uma consulta pública, Appy destacou que haverá oportunidades para o envolvimento de representantes do setor privado e da academia. Isso sugere uma estratégia progressiva e inclusiva, embora a principal arena de debate com o setor privado continue sendo o Congresso Nacional.

O objetivo do secretário é tratar em uma só lei complementar as hipóteses de incidência da CBS, da União, e do IBS, dos estados, Distrito Federal e dos municípios, assim como definição de destino, regimes específicos, diferenciados ou favorecidos. A rigor, cabem diferentes interpretações entre os referidos **tributos**, sobretudo porque um tem natureza de contribuição, enquanto o outro de imposto, mas a ideia é encontrar uma convergência entre todos os entes sobre interpretação, fiscalização e cobrança.

Não haverá obrigatoriedade de cobrar o IBS e a CBS no ano de 2026, período de teste, pois o principal objetivo é a estruturação das informações. Em relação

aos impactos da reforma, ainda não é possível mensurá-los, especialmente porque não há a definição de cada alíquota estadual e municipal. A própria lei complementar, que está sendo gestada, será responsável por estabelecer os critérios para os cálculos das alíquotas de referência, subsidiando futuramente a atuação do Tribunal de Contas da União. Já o Imposto Seletivo, não existe ainda uma definição sobre os bens e serviços tributados, mas a regulamentação não deve ir muito além de cigarros, bebidas alcoólicas e grandes poluidores.

O principal objetivo é desencorajar o consumo pelo caráter potencialmente lesivo com repercussão individual ou coletiva, conquanto o Poder Público não despreze a significativa arrecadação de receitas por esta sistemática, como vem ocorrendo até então com o IPI - Imposto Sobre Produtos Industrializados, com extinção prevista em 2027. Ao elevar o custo desses produtos por meio de uma tributação mais onerosa, espera-se reduzir ou "controlar" a correspondente demanda. A sistemática de tributação será monofásica, ou seja, incidirá uma única vez sobre a produção, extração, comercialização ou importação de produtos e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, não sendo cobrável sobre as exportações, os setores de energia elétrica e de telecomunicações, por expressa disposição. Permite-se, por outro lado, a cobrança sob alíquota de 1% (um por cento) sobre a extração de recursos naturais não renováveis, como minérios e petróleo.

O plano para tratar dos mais de setenta pontos da reforma que requerem legislação complementar envolve a criação de três anteprojetos principais. Há também discussões sobre um quarto projeto, voltado para o tratamento do Comitê Gestor, cujo viés político ainda está sendo definido. Apesar da celebração deste marco legislativo, a verdadeira transformação depende desta etapa subsequente de regulamentação. Essencialmente, ela definirá os contornos práticos do sistema tributário reformado, atuando como o mecanismo que preenche os espaços deixados pelo texto constitucional. É preciso um processo legislativo detalhado e minucioso para garantir que a reforma atinja seus objetivos, sendo este momento tão significativo quanto à própria alteração constitucional, haja vista a responsabilidade por definir aspectos essenciais como alíquotas, contribuintes, créditos tributários, bem como regimes especiais.

Um dos principais desafios da regulamentação é garantir que a simplificação proposta pela reforma não

seja perdida na prática. Há também preocupações de que aspectos fundamentais, como a não-cumulatividade e o sistema de cálculo dos **tributos**, possam ser interpretados de maneira que comprometam os objetivos perseguidos, sobretudo de transparência, simplicidade e eficiência. Além disso, a regulamentação enfrenta o desafio de equilibrar os interesses de diferentes entidades federativas e contribuintes, mantendo a integridade e o propósito original. A implementação da **reforma tributária**, portanto, enfrenta um momento decisivo e os próximos meses serão determinantes para o país.

Eduardo Muniz Machado Cavalcanti é mestre em Direito pela UFPE, doutorando em Direito e Economia pela ULisboa e sócio da Bento Muniz Advocacia.

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

**Site:** <https://valor.globo.com/legislacao/coluna/reforma-tributaria-primeiro-passo-dado.ghtml>



# CGU fará análise mensal de documentos secretos

A Controladoria-Geral da União (CGU) passará a analisar mensalmente os sigilos **impostos** em documentos públicos por ministérios e órgãos do governo federal.

A análise será feita a partir de um novo sistema, hoje em fase de implantação, que irá centralizar os chamados Termos de Classificação de Informações (TCIs), que trazem uma relação com os números de identificação de documentos sigilosos, os argumentos para justificar o sigilo e os motivos para a restrição de acesso.

"A Controladoria-Geral da União vem trabalhando para reverter anos de descaso com a Lei de Acesso à Informação (LAI). Neste governo, o sigilo é a exceção e restringe-se a hipóteses legais, interpretadas de maneira restritiva", informou o órgão, em nota ao Estadão.

Um relatório produzido pela ONG Transparência Brasil revelou que o governo federal perdeu o controle sobre seus documentos secretos e ultrassecretos. Não se sabe nem mesmo a quantidade exata de arquivos sigilosos produzidos pelos ministérios. Não há padrão nas informações e os dados estão incompletos. Entre as informações que estão fora de controle estão documentos da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) sobre uma suposta ameaça de atentado contra o presidente da República.

Desde 2012, os ministérios devem enviar a relação de documentos sigilosos para a Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI), órgão colegiado vinculado à Casa Civil da Presidência da República.

No entanto, a CMRI é ignorada pelos ministérios, ao mesmo tempo que descumpre seu próprio ofício de monitorá-los, segundo o relatório.

A CMRI avalia estar sobrecarregada e se diz incapaz de analisar os milhares de documentos sigilosos produzidos anualmente pelo governo federal. Em nota, o órgão informou que vem empreendendo esforços para a melhoria na gestão da classificação de informações pelos órgãos do Poder Executivo federal.

Um decreto publicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no ano passado diz que a CGU poderá auxiliar a Comissão e, a partir da análise dos TCIs,

buscar a identificação de indícios de erros de classificação.

Esses erros serão comunicados à CMRI e à autoridade que classificou a informação, de acordo com nota da Controladoria.

"O decreto assinado pelo presidente Lula dá mais transparência aos procedimentos de classificação de informações, além de fortalecer o papel da CGU de monitorar e supervisionar a LAI no âmbito do Poder Executivo federal e como instância recursal administrativa de negativas de acesso à informação", informou o órgão, chefiado pelo ministro Vinícius Marques de Carvalho.

**Site:** <https://oliberaldigital.grupoliberal.com/home>

# Mercado eleva a previsão de inflação para 3,82%

*I EDUARDO RODRIGUES/BRASÍLIA*

As projeções do mercado para a **inflação** deste ano subiram de 3,81% para 3,82%, segundo o Boletim Focus do Banco Central divulgado ontem. A publicação, que normalmente acontece às segundas-feiras, foi adiada por causa do feriado de carnaval.

A previsão para a **inflação** de 2025 também avançou, de 3,50% para 3,51%, após ter permanecido estável por 28 semanas.

Com base nas informações dos analistas do mercado, a projeção para o Produto Interno Bruto (**PIB**) deste ano foi mantida: a mediana para a alta da atividade seguiu em 1,60%, ante 1,59% de um mês atrás.

Além da divulgação das expectativas para o IPCA e o **PIB**, o Boletim Focus ainda trouxe projeções sobre a taxa básica de juros, a Selic. As projeções dos economistas consultados se mantiveram em 9% para o final do ano, pela sétima semana seguida.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Mercado eleva previsão da inflação deste ano

BOLETIM FOCUS A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IP-CA, que mede a **inflação** oficial do país) de 2024 passou de 3,81% para 3,82%. A estimativa está no Boletim Focus divulgado ontem pelo Banco Central (BC). O documento é um estudo semanal das expectativas de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos do país.

Para 2025, a projeção da **inflação** também subiu: de 3,5% para 3,51%. Para 2026 e 2027, as previsões são de 3,5% para os dois anos.

A estimativa para 2024 está dentro do intervalo da meta de **inflação** que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%. Para 2025 e 2026, as metas de **inflação** estão fixadas em 3%, com a mesma margem de tolerância.

# Mercado financeiro eleva estimativas de inflação no Brasil para 2024 e 2025

## AGÊNCIA BRASIL

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerado a **inflação** oficial do país - teve elevação, passando de 3,81% para 3,82% este ano.

A estimativa está no Boletim Focus desta quinta-feira (15), pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2025, a projeção da **inflação** também subiu de 3,5% para 3,51%. Para 2026 e 2027, as previsões são de 3,5% para os dois anos.

A estimativa para 2024 está dentro do intervalo da meta de **inflação** que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

Para 2025 e 2026, as metas de **inflação** estão fixadas em 3%, com a mesma tolerância.

Em janeiro, pressionada pela alta dos alimentos, a **inflação** do país foi de 0,42%, abaixo do apurado em dezembro, de 0,56%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 12 meses, o IPCA soma 4,51%.

Para alcançar a meta de **inflação**, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros - a Selic - definida em 11,25% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

O comportamento dos preços já fez o BC cortar os juros pela quinta vez consecutiva, em um ciclo que deve seguir com cortes de 0,5 ponto percentual nas próximas reuniões.

Em **comunicado**, o Copom indicou que esse é o ritmo apropriado para manter a política monetária contracionista "necessária para o processo desinflacionário". O órgão informou que a interrupção dos cortes dependerá do cenário econômico "de maior prazo".

De março de 2021 a agosto de 2022, o Copom elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, num ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis. Por um ano, de agosto de 2022 a agosto de 2023, a taxa foi mantida em 13,75% ao ano, por sete vezes seguidas.

Antes do início do ciclo de alta, a Selic tinha sido reduzida para 2% ao ano, no nível mais baixo da série histórica iniciada em 1986. Por causa da contração econômica gerada pela pandemia de covid-19, o Banco Central tinha derrubado a taxa para estimular a produção e o consumo. A taxa ficou no menor patamar da história de agosto de 2020 a março de 2021.

A projeção das instituições financeiras para o crescimento da economia brasileira neste ano permaneceu em 1,6%. Para 2025, a expectativa para o Produto Interno Bruto (**PIB**) - a soma de todos os bens e serviços produzidos no país - é de crescimento de 2%. Para 2026 e 2027, o mercado financeiro projeta expansão do **PIB** também em 2%, para os dois anos.

# Ibovespa sobe 0,61% com surpresa em dados dos EUA

Nesta quinta-feira (15), o dólar oscilou perto da estabilidade após a divulgação de indicadores econômicos dos Estados Unidos, mas fechou em queda marginal de 0,07%, a R\$ 4,9681, depois de ter subido para R\$ 4,97 na véspera.

Já o Ibovespa subiu 0,61%, a 127.804 pontos, segundo dados preliminares da CMA.

Nesta manhã, o governo americano divulgou que as vendas do varejo no país caíram 0,8% em janeiro, mais que os 0,2% esperados por economistas consultados pela Bloomberg, na comparação com dezembro. A alta de 0,6% do mês anterior, por sua vez, foi revisada para 0,4%.

Já a produção industrial americana caiu 0,1% em janeiro ante dezembro, resultado também pior que a alta de 0,3% esperada pelos economistas.

Os dados sugerem que a economia americana pode não estar perdendo força, o que aliviaria a **inflação** e abriria caminho para o Fed (Banco Central dos EUA) cortar juros.

Outro dado do governo americano divulgado nesta quinta vai no caminho contrário. Na semana passada, 212 mil americanos pediram auxílio desemprego, 8.000 a menos que na semana anterior. Economistas esperavam a manutenção no ritmo dos pedidos em 220 mil.

O número indica que o mercado de trabalho nos EUA continua resiliente, o que tende a fortalecer os preços, já que o poder de consumo segue forte.

Para Thiago Avallone, especialista de câmbio da Manchester Investimentos, os dados divulgados nos Estados Unidos intensificaram as dúvidas sobre quando ocorrerá o primeiro corte da taxa de juros pelo Fed.

"Nós vimos o (chair do Fed, Jerome) Powell batendo na tecla de que a tomada de decisões será em cima de dados. Então, ele está buscando mais informações, mais consistência nesta ida da economia para a meta de **inflação**, para começar a cortar a taxa de juros", avaliou.

Em análise enviada a clientes, o head de câmbio para

o norte e nordeste da B T Câmbio, Diego Costa, afirmou que os dados de seguro-desemprego, vendas no varejo e produção industrial nos EUA aumentaram a "incerteza no panorama global".

"Essa falta de clareza pode levar os investidores a procurar ativos considerados mais seguros, como o dólar americano", disse Costa.

Em Wall Street, o viés também foi positivo. O S P 500 subiu 0,58% e renovou seu recorde de pontuação, a 5.030 pontos. O Dow Jones teve ganhos de 0,91% de o Nasdaq, de 0,30%.

**Site:**

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=2745#book/58>

# A economia brasileira frente à instabilidade mundial (Artigo)

**JOÃO TEODORO**

Em sua última reunião, dia 31 de janeiro, o Copom - Comitê de Política Monetária do Banco Central manteve a política de redução da Selic, estabelecida desde agosto do ano passado. O Comitê reduziu, pela quinta vez consecutiva, a taxa básica de juros em 0,5%. A taxa ficou em 11,25% ao ano. Mas a ata publicada em 6 de fevereiro alerta sobre um longo caminho a percorrer para que haja "ancoragem das expectativas e retorno da **inflação** à meta". Isso, contudo, "exige serenidade e moderação na condução da política monetária".

Como é do conhecimento de todos, a **inflação** acumulada em 2023 fechou em 4,62%, dentro do intervalo de tolerância de 1,5% (para mais ou para menos) da meta estabelecida, que era de 3,25%. O Comitê afirma que os recentes indicadores da atividade econômica seguem alinhados com o cenário esperado de desaceleração da economia; que, embora o crescimento econômico seja moderado, o consumo das famílias continua resiliente, e o mercado de trabalho aquecido. Por isso o Copom antevê a continuidade de redução da Selic no mesmo nível atual.

As expectativas sobre a economia mundial continuam razoáveis, apesar de fatores de risco como: guerras Rússia x Ucrânia; Israel x Hamas; e a instabilidade social assolando vários países europeus, por causa das imigrações ilegais. À exceção da Zona do Euro, cujo **PIB** deverá crescer em 2024, as demais crescerão menos, mesmo com **inflação** e juros menores. Segundo o Banco Mundial, as commodities (comercializadas em bolsas) serão estabilizadas, mas soja e minério de ferro, muito relevantes para as exportações brasileiras, reduzirão seus preços.

Em contrapartida, nossas importações serão beneficiadas com a redução nos preços dos fertilizantes. De maneira geral, em 2023, houve maior crescimento do que o esperado, em torno de 2,7%, para a economia global. Em 2024, esse percentual deverá reduzir para 2,3%, abaixo da taxa pré-pandemia, que foi de 3,0%, informa o relatório Situação Econômica Mundial e Perspectivas para 2024, publicado pelas Nações Unidas. Portanto a ONU prevê redução na economia mundial no curto prazo. O bom desempenho de 2023 ocultou as atuais

vulnerabilidades.

O relatório sinaliza também um período prolongado de condições creditícias rígidas e custos financeiros mais elevados. Isso dificultará o avanço da economia global. Assim, para avançar em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para segurança alimentar, da ONU, serão necessários mais investimentos que estimulem o crescimento, além do combate às mudanças climáticas. As previsões para a América Latina não são animadoras. O **PIB** da região tende a crescer apenas 1,6% no ano de 2024, contra 2,2% registrado em 2023.

Não obstante o recuo da **inflação** em vários países, os fracos investimentos e espaço fiscal limitado prejudicam o enfrentamento dos desafios sociais na região. No Brasil, a projeção é de que o **PIB** se reduza de 3,1% para o mesmo patamar latino-americano (1,6%), por conta do impacto prolongado das altas taxas de juros e da desaceleração da demanda externa. O mercado imobiliário, no entanto, impulsionado pela evolução tecnológica, novos padrões de consumo, queda dos juros e acessibilidade ao crédito, continuará crescendo no ano de 2024.

\*Presidente do Sistema Cofeci-Creci

Site: <https://diariodocomercio.com.br/versao-impresa/>

# As expectativas de inflação no Brasil estão bem ancoradas? - ECONOMIA PARA TODOS

**GUILHERME ALMEIDA**

A ancoragem da **inflação**, termo originalmente cunhado por John B. Taylorem 1979, é um conceito fundamental na economia, especialmente para os monetaristas, que consideram a oferta de moeda como o principal determinante da **inflação**. Trata-se da capacidade de um país ou região de manter a **inflação** estável e sob controle através de políticas monetárias e fiscais eficazes.

De forma didática, tomemos como analogia um barco ancorado.

Pense na **inflação** como as ondas do mar, em constante movimento e capazes de gerar instabilidade econômica. Nessa analogia, as políticas econômicas funcionam como a âncora do barco, mantendo a estabilidade mesmo com as ondas.

Quando essa âncora está forte, o barco permanece estável, da mesma forma que a **inflação** se mantém em níveis controlados quando as políticas econômicas são eficazes.

Uma **inflação** excessivamente alta ou baixa pode causar danos à economia, prejudicando o poder de compra das pessoas, afetando os investimentos e o crescimento econômico.

Portanto, o objetivo da ancoragem da **inflação** é estabilizar os preços e reduzir a incerteza dos agentes econômicos, permitindo decisões mais previsíveis sobre investimentos, preços e salários.

No Brasil, o Banco Central utiliza, desde 1999, o sistema de metas de **inflação** como referência para sua política monetária.

Nesse sistema, a ancoragem das expectativas é tida como um importante objetivo a ser perseguido. Aqui, a credibilidade da política é essencial para obter esta ancoragem, de forma a promover **inflação** baixa e estável, menores impactos decorrentes dos choques e menores custos de desinflação.

Recente relatório do World Economic Outlook, do FMI,

aborda os desafios enfrentados pela política monetária dos países emergentes, especialmente diante da normalização das condições financeiras nas economias centrais.

Um dos estudos referenciados no relatório analisa a ancoragem das expectativas de **inflação** e revela que os países com expectativas mais firmemente ancoradas mostraram-se menos sensíveis a pressões externas. Isso, por sinal, lhes permitiu manter uma política monetária mais flexível no período pós-crise. Alinhado a essa perspectiva, é relevante notar que um dos elementos destacados no Relatório Trimestral de **Inflação** do Banco Central, de setembro de 2018, foi a redução do pass-through cambial, decorrente de expectativas mais ancoradas.

Para avaliar a situação dessa ancoragem no contexto brasileiro, podemos examinar os últimos boletins Focus do Banco Central, uma ferramenta valiosa para avaliar as expectativas do mercado em relação à economia nacional. Essas expectativas influenciam as decisões da autoridade sobre a política monetária, incluindo a definição da taxa de juros. Na última divulgação, o boletim indicou uma expectativa de **inflação** oficial de 3,81% para 2024 e 3,5% para cada um dos próximos três anos. Embora esses números sejam relativamente baixos, estão acima do centro das metas estabelecidas pela autoridade monetária em todos os anos (3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual, para mais ou para menos).

De forma complementar, a partir de um exercício econométrico, podemos verificar o impacto que variações nas expectativas para o ano corrente provocam sobre as expectativas para prazos mais longos. A ideia é que, na presença de expectativas bem ancoradas, deve haver baixa relação entre as expectativas de **inflação** de longo prazo e as de curto prazo.

O gráfico retrata o resultado desse exercício, demonstrando que, após um choque observado em meados de 2022, as expectativas de **inflação** encontram-se relativamente estáveis, ainda que denotem certo grau de desancoragem. Isso reflete uma certa desconfiança do mercado em relação à

eficácia de algumas medidas, especialmente na esfera da política fiscal, que acabam por interferir na efetividade da política monetária.

A **inflação** é influenciada por uma série de fatores, sendo as expectativas um dos mais relevantes, em grande parte relacionados à política monetária. Expectativas ancoradas, que permanecem em torno da meta mesmo após choques relevantes, tornam mais fácil para o Banco Central agir contra pressões inflacionárias. Por isso, a ancoragem das expectativas é considerada um elemento chave para a política monetária.

\*Especialista em Educação Financeira no Grupo Suno. Sócio- -fundador da Certifiquei, possui experiência como economista, atuando na gestão e elaboração de pesquisas e análises socioeconômicas.

Mestre em Estatística pela UFMG. Redes Sociais Instagram: @guilherme.certifiquei LinkedIn: [https://www.](https://www.linkedin.com/in/guilherme-almeida-economista)

[linkedin.com/in/guilherme-almeida-economista](https://www.linkedin.com/in/guilherme-almeida-economista)

No Brasil, o Banco Central utiliza, desde 1999, o sistema de metas de **inflação** como referência para sua política monetária.

Nesse sistema, a ancoragem das expectativas é tida como um importante objetivo a ser perseguido

**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/versao-imprensa/>



# Cenário está mais favorável no Brasil

Brasília - As condições de crédito no Brasil ficaram mais favoráveis no encerramento de 2023 e devem seguir em trajetória de melhora na maior parte dos segmentos neste trimestre, mostrou ontem pesquisa do Banco Central com instituições financeiras consultadas em janeiro.

A melhora na percepção ocorre em meio ao ciclo de queda da taxa básica de juros pelo Banco Central, atualmente em 11,25% ao ano, e da continuidade do programa Desenrola Brasil, que renegociou até o momento R\$ 35 bilhões em dívidas de brasileiros com bancos e outros credores.

De acordo com a Pesquisa Trimestral de Condições de Crédito, deve ser observada tendência positiva nos financiamentos voltados ao consumo de pessoas físicas, "principalmente em decorrência da melhora na percepção sobre o nível de comprometimento de renda do consumidor, o nível de emprego e condições salariais, a inadimplência e a tolerância ao risco".

Na avaliação das instituições consultadas, também deve haver queda na inadimplência neste trimestre em relação ao fim de 2023. Em dezembro, a inadimplência nos financiamentos livremente pactuados entre bancos e tomadores estava em 4,7%, contra 4,8% em novembro.

A pesquisa do BC destacou que os bancos veem uma "melhora generalizada" nos fatores que impactam condições de crédito para grandes empresas, com destaque para as condições da economia e a competição entre instituições financeiras. Também é esperada continuidade da melhora nos segmentos de micro, pequenas e médias empresas.

No crédito habitacional, as expectativas são menos otimistas, com projeções apontando para que o funding dessas linhas de financiamento seja um fator "bastante negativo" neste trimestre.

A pesquisa ouviu 18 instituições que atuam no segmento de consumo da pessoa física, 7 do crédito habitacional, 21 com participação em financiamentos para grandes empresas e 29 para micro, pequenas e médias companhias.

Focus - Analistas consultados pelo Banco Central fizeram pequenos ajustes para cima em suas projeções para a **inflação** neste ano e no próximo, deixando inalteradas as perspectivas para a política monetária.

O levantamento, que capta a percepção do mercado para indicadores econômicos, apontou que a expectativa para a alta do IPCA aumentou em 0,01 ponto percentual tanto para 2024 quanto para 2025, respectivamente a 3,82% e 3,51%.

No caso de 2025, foi a primeira mudança na estimativa depois de 28 semanas em 3,50%. Para os dois anos seguintes a estimativa para a **inflação** segue em 3,50%.

O centro da meta oficial para a **inflação** em 2024, 2025 e 2026 é de 3%, sempre com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Dados divulgados na semana passada mostram que a **inflação** no Brasil desacelerou em janeiro a 0,42% mas ficou acima da expectativa, levantando sinais de alerta para o peso dos preços dos alimentos e de serviços.

A pesquisa semanal com uma centena de economistas mostrou ainda que não houve alterações nas perspectivas para a taxa básica de juros, com a Selic novamente calculada em 9,0% em 2024 e 8,50% em 2025.

Atualmente ela está em 11,25% e o mercado vê novo corte de 0,5 ponto percentual na reunião de março do Comitê de Política Monetária, como indicado pelo Banco Central.

Para o Produto Interno Bruto (**PIB**), as estimativas de crescimento seguem em 1,60% e 2,00% respectivamente para este ano e o próximo. (Reuters)

**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/versao-impresa/>

# Segmento registrou a captação bruta de R\$ 170,1 bilhões

Os números consolidados de 2023 revelam um cenário positivo para a previdência privada aberta no Brasil, conforme aponta o mais recente relatório da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprevi). O setor registrou uma captação bruta de R\$ 170,1 bilhões no período, marcando um aumento de 8,8% em relação a 2022.

Os resgates, por sua vez, cresceram em um ritmo mais moderado em comparação aos anos anteriores, totalizando R\$ 127,2 bilhões ao final do ano. Descontando esses resgates, a captação líquida alcançou R\$ 42,9 bilhões, representando uma expansão de 28,4% em comparação com o ano anterior, e um dos melhores resultados dos últimos anos.

Os ativos em planos de previdência privada apresentaram um aumento significativo de 14,2% em 2023, atingindo a marca de R\$ 1,4 trilhão, equivalente a 13% do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro.

O presidente da Fenaprevi, Edson Franco, avalia o resultado como animador e destaca a tendência de recuperação da captação líquida pós-pandemia. Ele observa que, apesar do aumento de cerca de 225 mil novos entrantes em 2023, a adesão ainda é modesta considerando o déficit de cobertura da população brasileira, especialmente em um contexto de rápido envelhecimento da sociedade.

Franco ressalta a confiança dos executivos para o ano de 2024, mas destaca que o principal desafio permanece inalterado: expandir a proteção para um número maior de pessoas. Ele enfatiza a importância do trabalho contínuo em educação financeira, comunicação e conscientização para atingir esse objetivo.

O estudo da Fenaprevi também analisa os resultados por tipo de plano de previdência. Em 2023, os planos VGBL lideraram, representando 90% da arrecadação total do setor, totalizando R\$ 153 bilhões. Os planos PGBL receberam 8,2% das aplicações, somando R\$ 14 bilhões, enquanto os planos Tradicionais receberam R\$ 3 bilhões, representando 1,8% do total arrecadado.

O Brasil encerrou o ano de 2023 com 14 milhões de planos de previdência privada, sendo 62% deles

VGBL, 22% PGBL e 16% Tradicionais. Dos participantes, 2,8 milhões estão em planos coletivos, indicando o potencial de crescimento da indústria no mercado de trabalho nacional. Em termos de participantes, já são 11 milhões de pessoas que possuem algum tipo de plano de previdência privada no país, sendo 8,8 milhões em planos individuais, sugerindo oportunidades de expansão nos próximos anos.

**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/versao-impresa/>

# Economista do BC usa modelo que reduz erro na projeção do dólar

**Alex Ribeiro De São Paulo**

Um novo estudo feito por uma economista do Banco Central, Jaqueline Terra Moura Marins, confirma um método promissor para países emergentes preverem o valor futuro de suas taxas de câmbio, usando dados e informações extraídas de negociações de opções no mercado financeiro.

Esse modelo promete redução de quase um terço nos erros de projeção para a cotação do dólar em prazos de um mês, comparados com outras alternativas, embora não resolva os problemas de banqueiros centrais para previsões de longo prazo.

Prever a cotação do dólar sempre foi um desafio para os economistas, a ponto de um dos pais do Plano Real, Edmar Bacha, dizer que Deus inventou a taxa de câmbio para humilhar a profissão (Bacha nunca garantiu que fosse o autor original da frase, embora reconheça que a usou e a popularizou).

Historicamente, alternativas que usam a teoria econômica - como saldo comercial, a diferença de juros entre países e o volume de dinheiro em circulação - para tentar prever ou explicar o comportamento do câmbio não tiveram bom desempenho.

Um estudo escrito em 1983 por dois economistas americanos, Richard Meese e Kenneth Rogoff, ganhou notoriedade ao mostrar que não vale a pena as empresas contratarem economistas para fazer projeções sobre a taxa de câmbio.

Eles examinaram se esses modelos baseados em fundamentos econômicos explicavam a taxa de câmbio. Descobriram que não são melhores do que a teoria do passeio aleatório - que diz, basicamente, que os preços de ativos se movem de forma aleatória. Segundo ela, não é possível, a partir de dados passados, prever o que vai acontecer no futuro com o dólar.

Marins, do BC, faz um trabalho semelhante. De um lado, faz projeções para o câmbio de acordo com o modelo de passeio aleatório; e, de outro, com nove diferentes modelos de previsão que usam fundamentos econômicos.

Ela compara o desempenho desses modelos com um adicional, que faz previsões a partir dos preços de opções de taxa de câmbio negociados em mercado.

Sua conclusão é que o modelo com base em opções supera os demais nas previsões para um período de um a três meses.

A metodologia não é nova. Ela já foi empregada por alguns bancos centrais, como o da Inglaterra. Um outro estudo, feito pela própria Marins em parceria com o também economista do BC Wagner Piazza Gaglianone, já havia mostrado que esse modelo baseado em preços de opções era superior aos demais para o caso do Brasil. No novo estudo, ela estende a aplicação do modelo para 13 países emergentes.

Nas opções de câmbio, os preços dizem a probabilidade que o mercado financeiro atribui a que a cotação do dólar ante o real fique numa determinada faixa de preço no futuro. A conclusão do estudo de Marins é que os modelos que usam essas opções permitem reduções nos erros de 21% a 32% nas projeções de câmbio de um mês, e de 15% a 37% em três meses à frente.

O modelo ajuda quem precisa prever o caminho da cotação do dólar, mas não resolve todos os problemas. No modelo condicional de projeção de **inflação** do Banco Central, por exemplo, é usada uma taxa de câmbio de longo prazo.

Dadas as dificuldades de prever o caminho da taxa de câmbio, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central parou de divulgar projeções condicionais de **inflação** que assumiam a hipótese de que a cotação do dólar iria se comportar segundo as previsões dos economistas do setor privado reunidas no boletim Focus. Hoje, o Banco Central basicamente usa a taxa vigente antes de sua reunião, projetando uma trajetória de desvalorização ligada à **inflação** maior no Brasil do que nos EUA.

O estudo de Marins foi publicado na seção de trabalhos para discussão do BC, com o título em inglês "Predictability of Exchange Rate Densities for Emerging Economies in the Short Run" (numa tradução livre, Previsibilidade das Densidades Cambiais para Economias Emergentes no Curto

Prazo).

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187790>

# UE rebaixa previsões econômicas para 2024

A economia da área do euro entrou em 2024 em um ritmo mais fraco do que se esperava, segundo as novas projeções da União Europeia (UE), que prevê mais um ano de baixo crescimento.

O Produto Interno Bruto (**PIB**) na zona do euro deve crescer 0,8% este ano após uma expansão de 0,5% em 2023, disse a Comissão Europeia ontem. Em novembro, a expectativa era de uma melhora mais acentuada para 1,2%.

"O reaquecimento esperado em 2024 tende a ser mais modesto do que o projetado há três meses, mas a se recuperar gradualmente com base em aumentos de preços mais lentos, crescimento de salários reais e um mercado de trabalho notavelmente forte", disse o comissário de Economia, Paolo Gentiloni. "Tensões geopolíticas, um clima cada vez mais instável e um número de eleições cruciais ao redor do mundo este ano são todos fatores que aumentam a incerteza em torno dessa perspectiva", acrescentou. A avaliação atualizada acrescenta aos sinais de que a área do euro corre o risco de entrar em um período prolongado de fraqueza, mesmo quando as perspectivas para o resto do mundo melhoram.

O Ministro das Finanças francês, Bruno Le Maire, disse que revisará a previsão oficial de crescimento do governo nos próximos dias, diante da piora da perspectiva para o bloco. "Todos os Estados europeus estão revisando suas previsões", disse Le Maire. "Também farei isso nos próximos dias."

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20240215/>

# Estrangeiros aumentam participação em aquisições no Brasil

**Fernanda Guimarães De São Paulo**

A participação do capital estrangeiro nas transações de fusões e aquisições (M A, na sigla em inglês) aumentou no ano passado, atingindo o maior percentual em ao menos sete anos.

Ao longo de 2023, as transações "cross border" (com compradores estrangeiros) responderam por 50,1% das 371 operações realizadas, segundo levantamento feito pela Seneca Evercore, a pedido do Valor. Considerando apenas a segunda metade do ano, a fatia foi a 54,5% - de um total de 156 operações -, a maior proporção semestral desde 2016. Ainda de acordo com o estudo, desde 2014 ocorreram 5.061 transações de M A no Brasil, sendo que 47% delas tiveram em comum compradores de fora do país.

A maior fatia abocanhada por compradores de fora do país reflete, segundo banqueiros de investimento, uma melhora da percepção de risco do Brasil, em especial em relação aos seus pares emergentes, o que também tem ocasionado em um maior número de mandatos ao longo das primeiras semanas deste ano.

A tendência se mantém para 2024, embora também se espere que os compradores brasileiros mostrem mais força neste ano, impulsionados por um mercado de capitais mais funcional e pela retomada das ofertas iniciais de ações (IPOs, na sigla em inglês).

"Acreditamos que, com base no que observamos no mercado e no nosso próprio "pipeline" [operações em preparação] de transações, que o primeiro semestre de 2024 será ainda mais forte que o último de 2023 e deverá demonstrar ainda maior predominância na participação dos investidores internacionais", afirma o sócio da Seneca Evercore, Daniel Wainstein.

De acordo com o executivo, a maior participação dos estrangeiros em processos de M A no país surge como consequência da melhora da percepção de risco Brasil, que caiu ao longo do ano passado. "Isso combinado com um relativo baixo desemprego, **inflação** equacionada até o momento, queda na taxa de juros brasileiras e tendência de queda também nos EUA e Ibovespa batendo recordes", afirma.

Se a análise for feita pelo volume financeiro, agora segundo a Dealogic, consultoria que compila dados do

mercado financeiro em todo o mundo, a mesma tendência é observada.

No ano passado, de um total de US\$ 37,9 bilhões movimentados em transações, US\$ 17,8 bilhões foram de operações cross border, ou seja, cerca de 47%, a maior fatia dos últimos anos.

O impulso observado no ano passado teve uma ajuda de operações de grande porte, como a venda de participação de unidade de metais básicos da Vale, da AESOP, e da The Body Shop, as duas últimas feitas pela Natura em meio à reestruturação de seus negócios. Nos três casos, as operações estavam em grande parte fora do Brasil, mas são contabilizados no volume de M A local por serem de empresas nacionais.

Outro sinal do bom momento para os estrangeiros tem sido observado nos próprios bancos de investimento, com investidores de fora sendo proativos na hora de buscar ativos no Brasil. "No início do ano, tivemos demanda de investidores estrangeiros para saber sobre transações no Brasil, incluindo interesse árabe e chinês.

Mas temos mandatos nas duas pontas, não só de estrangeiro querendo investir no Brasil, como de empresas de fora saindo do país por decisão estratégica", afirma o responsável pelo banco de investimento do Santander no Brasil, Leonardo Cabral.

O chefe do banco de investimento do Morgan Stanley no país, Fabio Medeiros, destaca que a participação de investidores estrangeiros no ano passado se torna ainda mais evidente se observadas as transações de mais de US\$ 100 milhões. Nesse recorte, 70% do total foram de transações "cross border". "É o maior número da série histórica, o mesmo de 2016", diz. Segundo executivo, a explicação está relacionada à atratividade do Brasil frente aos seus pares emergentes. "Cada país tem seu próprio desafio. Temos os nossos, mas que não assustam tanto os estrangeiros." Medeiros frisa que, para este ano, a sua leitura é que as transações locais voltarão a ganhar tração, dividindo melhor a pizza dos M As com os estrangeiros.

Essa expectativa também está ancorada na previsão de melhora do mercado de capitais no Brasil, com a

esperada retomada para aberturas de capital no mercado local. Esse tipo de operação ajuda a irrigar o caixa das empresas, o que por sua vez impulsiona o interesse por aquisições.

O responsável pela área de M A do Bank of America no Brasil, Diogo Aragão, destaca que o mercado de capitais está mais funcional neste ano, tendo em vista não só o mercado de ações, mas também o de dívida local e internacional, o que ajuda a destravar operações na mesa.

"O cenário tem dado mais conforto para as empresas apertarem o botão para uma transação", diz. De acordo com ele, novas transações estão chegando à mesa para negociação, mas outras, antes em compasso de espera, estão sendo retomadas.

"Quando se olha internacionalmente, o Brasil está bem posicionado.

O começo da queda de juros, estabilidade do câmbio e cenário político mais estável cria condições para os investidores começarem a olhar o país com mais seriedade", afirma o executivo do BofA.

Roderick Greenlees, chefe global do banco de investimento do Itaú BBA, afirma que, no geral, as operações que envolvem estrangeiros são grandes e de horizonte de longo prazo. Segundo ele, há várias conversas em andamento, com mandatos novos no início do ano, e que devem contar com a participação de estrangeiros.

"No início do ano, tivemos demanda de investidores estrangeiros para saber sobre transações" Leonardo Cabral

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187790>

# Mercados têm trégua com atividade mais fraca nos EUA

**Arthur Cagliari, Matheus Prado, Gabriel Caldeira e Gabriel Roca**

Dados de atividade mais fracos que o consenso nos EUA provocaram queda do dólar e dos rendimentos dos títulos do Tesouro americano ontem, o que deu algum espaço para os ativos locais registrarem performance positiva.

A taxa da T-note de 10 anos passou de 4,253% para 4,227%, enquanto a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2026 passou de 9,815% para 9,81% e a do DI para janeiro de 2027 caiu de 9,995% para 9,985%. O Ibovespa teve ganhos 0,62%, aos 127.804 pontos, e o dólar recuou 0,07%, a R\$ 4,9680.

As vendas no varejo dos Estados Unidos recuaram 0,8% em janeiro de 2024 em relação ao mês anterior, queda maior do que a previsão de 0,3% de economistas. Ao mesmo tempo, a produção industrial caiu 0,1% no mês de janeiro, também no comparativo mensal, frente a expectativa de alta de 0,2%. Os números mostram que a atividade americana perdeu ritmo, o que aliviou um pouco os investidores.

Gabriel Fongaro, economista sênior do Julius Baer Brasil, diz que os dados americanos do começo do ano mostram que o momento exige paciência e atenção. "A desaceleração econômica ainda não está tão clara nos Estados Unidos, o que não dá confiança sobre a velocidade da desinflação no país", diz.

No entanto, Fongaro diz que a grande correção das expectativas em torno da política monetária do Federal Reserve (Fed, o BC americano) já foi feita no começo deste ano. "O que está precificado hoje na curva de juros americana é algo próximo do que temos como cenário aqui", diz. "Então, ajustes já foram feitos e não vimos uma grande depreciação do câmbio brasileiro.

E mesmo que ocorra um movimento adicional, não creio que o real deva se desvalorizar muito mais." A casa projeta o câmbio a R\$ 5,00 por dólar no fim de 2024.

Ainda na leitura do economista, as dúvidas sobre os próximos passos do Fed não devem impedir que o Banco Central continue no seu ritmo de cortes por aqui, levando a Selic até 9%. "Até esse patamar, o BC

não está preocupado com o diferencial de juros, até porque ele não tem uma meta de câmbio. A preocupação mesmo seria se houvesse uma desvalorização continuada, que impactaria a **inflação** no horizonte relevante para o BC", explica.

Tomás Awad, sócio-fundador da 3R Investimentos, nota que os investidores não residentes entraram com força no mercado local no fim do ano passado e impulsionaram os preços. "Agora viraram a mão e tivemos correção, que não foi maior no Ibovespa porque as ações da Petrobras seguraram. O comportamento dos Treasuries foi e deve seguir sendo o principal direcionador dos ativos", diz.

O gestor acredita que o cenário que foi precificado lá atrás foi apenas adiado. "Os dados ainda não corroboram isso, mas a atividade dos EUA eventualmente vai desacelerar e os juros vão cair", afirma. "As famílias americanas estão tomando dívida para consumir e, apesar de não sabemos quando e por que essa tendência vai mudar, eventualmente vai ocorrer. E acredito que será um movimento mais profundo do que se espera atualmente." Awad diz não acreditar que a bolsa está barata como um todo porque o cenário macro local segue desafiador, mas diz que há boas oportunidades de compra e de venda. "Nosso foco é em empresas com momento operacional melhorando e possibilidade de se beneficiar com a queda dos juros, que pode ser maior do que o mercado precifica", diz.

Enquanto isso, o S P 500 voltou a fechar em recorde histórico, após fazê-lo pela última vez na sexta-feira. Subiu 0,58%, aos 5.029,73 pontos, enquanto o Dow Jones fechou em alta de 0,91%, aos 38.773,12 pontos; e o Nasdaq avançou 0,30%, aos 15.906,17 pontos.

5.029 foi a nova pontuação recorde do índice S P 500 da bolsa de NY

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187790>



# Japão perde título de 3ª maior economia do mundo

CNN O Japão entrou inesperadamente em recessão no final de 2023, perdendo o título de terceira maior economia do mundo para a Alemanha e levantando dúvidas sobre quando o banco central começará a sair de sua política monetária ultrafrouxa que já dura uma década.

Alguns analistas estão alertando para outra contração no trimestre atual, já que a demanda fraca na China, o consumo lento e a interrupção da produção em uma unidade da Toyota Motor Corp apontam para um caminho desafiador para a recuperação econômica.

"O que é particularmente notável é a lentidão no consumo e nos gastos de capital, que são os principais pilares da demanda doméstica", disse Yoshiki Shinke, economista executivo sênior do Dai-ichi Life Research Institute. "A economia continuará sem impulso por enquanto, sem os principais impulsionadores do crescimento." O Produto Interno Bruto (**PIB**) do Japão caiu 0,4% em uma taxa anualizada no período de outubro a dezembro, após queda de 3,3% no trimestre anterior, segundo dados do governo divulgados nesta quinta-feira (15), contrariando as previsões do mercado de um aumento de 1,4%.

Dois trimestres consecutivos de contração são normalmente considerados como a definição de uma recessão técnica.

Embora muitos analistas ainda esperem que o Banco do Japão elimine gradualmente seu estímulo monetário este ano, os dados fracos podem lançar dúvidas sobre a previsão de que o aumento dos salários sustentará o consumo e manterá a **inflação** de forma duradoura em torno de sua meta de 2%.

"Duas quedas consecutivas no **PIB** e três quedas consecutivas na demanda doméstica são más notícias, mesmo que as revisões possam alterar os números finais na margem", disse Stephan Angrick, economista sênior da Moody's Analytics.

# Japão entra em recessão e perde o 3º lugar entre as nações mais ricas do mundo

A economia do Japão é agora a quarta maior do mundo. Após retração registrada no último trimestre de 2023, o país perdeu uma posição, ficando atrás da Alemanha. O governo japonês informou que a economia encolheu a uma taxa anual de 0,4% entre outubro e dezembro, de acordo com dados sobre o **PIB** real divulgados ontem, embora tenha crescido 1,9% em todo o ano de 2023. A economia contraiu 2,9% entre julho e setembro. Dois trimestres consecutivos de contração são considerados um indicador de que a economia está em recessão técnica.

A economia do Japão foi a segunda maior do mundo até 2010, quando foi ultrapassada pela da China. O **PIB** nominal do Japão totalizou US\$ 4,2 trilhões no ano passado, enquanto o da Alemanha foi de US\$ 4,4 trilhões, ou US\$ 4,5 trilhões, dependendo da conversão cambial.

Um iene japonês mais fraco foi um fator-chave na queda para o quarto lugar, uma vez que as comparações do **PIB** nominal são feitas em dólares. Mas a relativa fraqueza do Japão também reflete um declínio na sua população e um atraso na produtividade e na competitividade, dizem os economistas.

O Produto Interno Bruto real é uma medida do valor dos produtos e serviços de uma nação.

A taxa anual mede o que teria acontecido se a taxa trimestral durasse um ano.

O Japão foi historicamente apresentado como "um milagre econômico", renascendo das cinzas da 2.ª Guerra para se tornar a segunda maior economia depois dos Estados Unidos.

O processo continuou durante as décadas de 1970 e 1980. Mas, durante a maior parte dos últimos 30 anos, a economia cresceu apenas moderadamente, permanecendo principalmente na estagnação após o colapso da sua bolha financeira ter começado, em 1990.

Tanto a economia japonesa como a alemã são alimentadas por um forte segmento de pequenas e médias empresas, com uma produtividade sólida.

Tal como o Japão entre as décadas de 1960 e 1980, durante a maior parte deste século a Alemanha avançou, dominando os mercados globais de produtos de alta qualidade, como automóveis de luxo e maquinaria industrial. Com isso, metade de sua economia passou a depender das exportações.

Mas o país europeu ficou entre os que tiveram o pior desempenho mundial no ano passado. Ele também contraiu no último trimestre, em 0,3%.

**ENVELHECIMENTO.** Sendo uma nação insular com relativamente poucos residentes estrangeiros, a população do Japão tem diminuído e envelhecido há anos, enquanto a da Alemanha cresceu para quase 85 milhões, à medida que a imigração ajudou a compensar a baixa taxa de natalidade.

Os dados mais recentes refletem a realidade do enfraquecimento do Japão e provavelmente resultarão em uma menor presença do país no mundo, disse Tetsuji Okazaki, professor de economia na Universidade de Tóquio. "Há vários anos, o Japão ostentava um poderoso setor automobilístico, por exemplo. Mas, com o advento dos veículos elétricos, até essa vantagem fica abalada", afirmou.

Muitos fatores ainda não foram definidos, "mas, quando olhamos para as próximas décadas, as perspectivas para o Japão são sombrias".

A lacuna entre os países desenvolvidos e as nações emergentes está diminuindo, sendo provável que a Índia ultrapasse o Japão em termos de **PIB** nominal dentro de alguns anos.

Os EUA continuam a ser a maior economia do mundo com larga margem, com um **PIB** de US\$ 27,94 trilhões em 2023, enquanto o da China foi de US\$ 17,5 trilhões. O da Índia é de cerca de US\$ 3,7 trilhões, mas cresce a uma taxa de cerca de 7%.

No ano passado, o Brasil superou o Canadá e assumiu a nona posição, com **PIB** estimado de US\$ 2,13 trilhões, ligeiramente superior aos US\$ 2,12 bilhões do país da América do Norte.

**ESTRANGEIROS.** A imigração é uma opção para resolver o problema da escassez de mão de obra no Japão, mas o país tem sido relativamente reticente à

presença de trabalhadores estrangeiros, exceto para estadias temporárias, gerando críticas sobre a discriminação e a falta de diversidade.

A robótica, outra opção, está gradualmente sendo implantada, mas não a ponto de poder compensar totalmente a falta de trabalhadores.

Outro fator-chave por trás do crescimento lento do Japão é a estagnação dos salários, que deixou as famílias relutantes em gastar. Ao mesmo tempo, as empresas têm investido fortemente em economias estrangeiras de crescimento mais rápido, em vez da opção pelo mercado interno envelhecido e em contração.

O consumo privado caiu durante três trimestres consecutivos no ano passado e "o crescimento deverá permanecer lento neste ano, uma vez que a taxa de poupança das famílias se tornou negativa", diz Marcel Thieliant, da Capital Economics.

"Nossa previsão é que o crescimento do **PIB** desacelere de 1,9% em 2023 para cerca de 0,5% neste ano."

REINO UNIDO. Outra potência mundial, o Reino Unido também registrou retração no final do ano passado. A economia - a sexta no ranking mundial - entrou em recessão técnica entre outubro e dezembro, encolhendo 0,3% em relação ao trimestre anterior. A queda trimestral seguiu uma queda de 0,1% no período de três meses anterior

Perspectivas pessimistas

1,9% foi quanto o **PIB** japonês cresceu em 2023, mas analistas preveem que este ano economia cresça apenas 0,5%

2.º lugar já foi ocupado pelo Japão entre as nações mais ricas, antes de ser ultrapassado pela China

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Recessão atinge países do G-7 e amplia disparidade com os EUA

*Joshua Kirby e Paul Hannon*

As economias do Reino Unido e do Japão encolheram no final do ano passado, destacando a crescente disparidade entre o crescimento robusto nos Estados Unidos e condições mais anêmicas no resto do mundo.

A queda de 0,4% ao ano do Produto Interno Bruto (**PIB**) do Japão no quarto trimestre foi uma surpresa para os economistas e significou que o país escorregou no ranking global das maiores economias do mundo, ficando atrás da Alemanha e em quarto lugar.

No Reino Unido, a economia encolheu pelo segundo trimestre consecutivo no fim de 2023, o que muitos economistas definem como uma recessão técnica. A agência de estatísticas do Reino Unido disse ontem que o **PIB** encolheu 0,3% no quarto trimestre em relação ao terceiro trimestre, após contrair 0,1% no terceiro trimestre.

Em 2023 como um todo, a economia britânica cresceu apenas 0,1% e a do Japão registrou uma expansão de 1,9%. Em comparação, a economia dos EUA cresceu 2,5% no mesmo período.

Os gastos do consumidor no Reino Unido, o principal motor da economia britânica, caíram ao longo do segundo semestre de 2023, mesmo com o crescimento dos salários superando a **inflação** pela primeira vez em dois anos e aumentando o poder de compra das famílias. No Japão, os consumidores japoneses ainda veem os preços subirem mais rápido que os salários, o que levou à reduzi-rem os gastos no último trimestre.

Os números de crescimento do Reino Unido e do Japão refletem condições igualmente fracas em grande parte da Europa continental e da China.

A divergência entre os EUA e o resto do mundo rico é em grande parte atribuído à surpreendente força de sua economia. Os EUA cresceram muito mais rápido do que os economistas esperavam no início de 2023, enquanto a Europa foi gravemente afetada pelos altos preços da energia em consequência da guerra da Rússia na Ucrânia e pela alta nas taxas de juros. Os economistas preveem que essa disparidade de

crescimento deve se estreitar um pouco ao longo do ano, mas permanecerá ampla.

Os gastos do consumidor americano têm sido mais resilientes diante do aumento das taxas de juros do que em outras partes do mundo. Os gastos do governo americano também permaneceram em níveis historicamente altos para períodos fora de recessões, dando à economia um impulso adicional.

Em mais um sinal de vigor da economia americana, um relatório divulgado ontem mostrou que menos trabalhadores solicitaram seguro-desemprego na semana passada, apesar de uma série de anúncios de demissões ter chamado a atenção recentemente.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) disse no início deste mês que espera que a economia dos EUA cresça 2,1% este ano, enquanto prevê uma expansão de apenas 0,7% do **PIB** do Reino Unido e de 0,3% para a Alemanha.

As quedas na atividade na Europa e no Japão foram relativamente modestas e refletem economias de crescimento lento que, por natureza, entram em contração com mais frequência do que aquelas que têm um nível de crescimento sustentado mais alto.

Embora a produção econômica tenha diminuído em vários países ricos no fim de 2023, os mercados de trabalho na Europa e no Japão permaneceram fortes, como nos EUA. Como resultado, muitos economistas hesitam em descrever as quedas no Reino Unido e no Japão como recessões de fato. As autoridades britânicas e japonesas esperam que suas economias se recuperem à medida que a **inflação** diminui nos próximos meses.

"Estamos vendo alguns sinais de recuperação", disse Andrew Bailey, presidente do Banco da Inglaterra (o banco central britânico), a legisladores na quarta-feira.

A taxa de desemprego do Japão caiu para o menor nível em 11 meses em dezembro, e a pesquisa de sentimento econômico Tankan do Banco do Japão (o BC japonês) "mostrou que as condições empresariais em todos os setores e empresas de todos os tamanhos foram as mais fortes desde 2018".

Muitos economistas esperam que o Banco do Japão

encerre sua política de taxas de juros negativas de curto prazo em março ou abril, embora a autoridade monetária não tenha confirmado isso.

"Duvidamos que os números do do **PIB** [do quarto trimestre] impeçam o Banco do Japão de acabar com as taxas de juros negativas em abril", disse Marcel Thieliant, chefe da Ásia-Pacífico na consultoria Capital Economics.

A queda do **PIB** durante o segundo semestre do ano e a fraqueza do iene em relação ao euro fizeram com que o Japão caísse da terceira posição no ranking global de força econômica quando medida em dólares americanos.

A Alemanha assume o terceiro lugar atrás dos EUA e da China, apesar da contração da maior economia da Europa durante 2023. O Japão perdeu sua segunda posição para a China em 2010.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20240215/>

# Inflação na Argentina desacelera em janeiro, mas bate 254% em 12 meses

G1

A **inflação** na Argentina alcançou um índice de 254,2% em 12 meses, segundo o instituto oficial de estatísticas, o Indec. Trata-se de uma das variações interanuais mais altas do mundo.

Em janeiro, o indicador desacelerou para 20,6% em janeiro, abaixo dos 25,5% de dezembro.

O índice de preços ao consumidor de janeiro coincidiu com as estimativas prévias feitas pelo governo do ultraliberal Javier Milei, em torno de 20%, em um contexto de "estagflação" - estagnação econômica com **inflação** - anunciado pelo próprio presidente pouco depois de assumir.

Após a desvalorização de 50% do peso em dezembro, a liberação de quase todos os preços da economia e os primeiros ajustes de tarifas de transporte e serviços públicos, a **inflação** mensal permanece próxima ao recorde histórico de fevereiro de 1991 (27%).

Entre os setores com os maiores aumentos em janeiro estão bens e serviços (44,4%), transporte (26,3%), comunicação (25,1%) e alimentos e bebidas não alcoólicas (20,4%).

"Há pouco para comemorar com uma **inflação** nesses níveis, especialmente porque em dezembro os salários subiram menos de 9% e em janeiro mais perto de 15%, mas também abaixo da **inflação**", resumiu o economista Hernán Letcher à AFP.